

Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

Paula Gonçalves Freire

Saúde, Serviço Social e (in)visibilidade lésbica

**Santos
2018**

Paula Gonçalves Freire

Saúde, Serviço Social e (in)visibilidade lésbica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Renata Gonçalves.

**Santos,
Dezembro de 2018**

F866s Freire, Paula.
Saúde, Serviço Social e (in)visibilidade lésbica. /
Paula Freire; Orientadora Renata Gonçalves. --
Santos, 2018.
64 p ; 30 cm

TCC (Graduação – Serviço Social) – Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2018.

1. Heteronormatividade. 2. LGBT. 3. Mulheres
lésbicas. 4. Unifesp. I. Gonçalves, Renata,
Orient.
II. Título.

Saúde, Serviço Social e (in)visibilidade lésbica

Banca examinadora

Profa. Dra. Renata Gonçalves (orientadora)

Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista

Beatriz Munhoz (Assistente Social)

Residência em Pediatria – Hospital das Clínicas

Universidade de São Paulo

Suellen Abreu (Assistente Social)

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais

Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista

Sua arte

Não é a quantidade de pessoas que gostam do seu trabalho

Sua arte

É

O que seu coração acha do seu trabalho

O que sua alma acha do seu trabalho

É a honestidade

Que você tem consigo

E você

Nunca deve

Trocar honestidade

Por identificação

- Rupi Kaur

*Sonhe com o que você quiser. Vá
para onde você queira ir.
Seja o que você quer ser, porque
você possui apenas uma vida
e nela só temos uma chance de
fazer o que queremos.
Tenha felicidade bastante para
fazê-la doce. Dificuldades para
fazê-la forte. Tristeza para fazê-
la humana. E esperança
suficiente para fazê-la feliz.*

- Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

Para iniciar essa parte que, para mim, se configura como a parte mais difícil a ser escrita nesse trabalho, eu agradeço a todos e todas que foram fundamentais não somente nesse período de conclusão de curso, mas principalmente de todo o percurso da graduação.

Agradeço primeiramente aos meus pais Cida e Flávio, que são minha base desde meu primeiro momento de vida até o atual momento (e para sempre). Sem o apoio deles eu jamais seria capaz de atingir a etapa que atinjo hoje, e não teria metade do amor que levo comigo para espalhar em cada coisa que faço e pelo mundo.

Aos meus irmãos, Fernanda e Lucas, e meu sobrinho Igor por constituírem os segundos mais importantes pilares de sustentação das minhas fraquezas e conquistas, dando significado e vida às palavras “irmandade” e “amizade”.

À minha tia Tê e tia Gogô por todo apoio prestado, preocupação e dedicação a mim nos quatro anos desse processo de formação profissional.

À minha incrível supervisora de campo dos quatro estágios da graduação, Márcia, por ter se tornado minha referência de assistente social e de mãe em Santos/São Vicente no decorrer dos últimos dois anos.

Às amigas joseenses Tassiane, Fernanda, Larissa, Maitê, Isabela, Ana Cláudia e Gabriela, por me acompanharem durante a vida inteira, me conhecerem como ninguém, e sempre terem acreditado que eu seria capaz. Um agradecimento especial pelas risadas proporcionadas durante os fins de semana e pelas companhias nas cervejadas.

A toda turma do vespertino de 2015, pelos quatro anos de debates, problematizações e brigas que culminaram em um companheirismo ímpar e uma sala fortemente unida e de luta.

Aos amigos do grupo “PET Saúde da Criança”, que foram fundamentais à minha formação profissional e pessoal, me fazendo crescer, abrindo portas pelo meu caminho, e me fazendo vivenciar experiências únicas que levarei para o resto da vida.

A todos/as docentes do curso, que foram essenciais no processo de aprendizado e que eu admiro e levarei como referência por toda minha trajetória na vida profissional.

Aos profissionais e usuários do Centro de Atendimento a Tuberculose e Hanseníase de São Vicente.

Às minhas primeiras irmãs da *Rep Whiskas*, Nath, Júlia, Juliana, Su, Ámabilli, Yumi e Carol, que me acolheram em 2015 e são referências de carinho, cuidado e curtição até hoje.

Aos meus amigos e amores santistas, Sandro e Japa, por tornarem quase impossível a conclusão da minha graduação, mas que em 1 ano fizeram uma marca inapagável na minha vida. Sinto muito a falta de vocês.

Ao pessoal da faculdade, de modo geral, que sempre me fez sentir acolhida, e viveram comigo momentos

incríveis nas festas, luais, nos InterUnifesp e até mesmo nos encontros sem casuais pelos corredores do campus.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras da Unifesp.

À Bia e Gui, por serem os melhores e mais incríveis veteranos. Agradeço imensamente pelo carinho, disposição e ajuda sempre.

À, especialmente, Giovana, Lola, Tarsilla, Júlia, Bruna, Giovanna e que foram minha família em Santos. Acolheram-me, me cuidaram, me acompanharam na loucura e em todos os processos que envolvem morar em outra cidade. Sem vocês, de fato, eu não teria sido capaz por passar por tudo que passei para chegar até aqui. Sem dúvidas meus maiores amores.

À minha orientadora Renata, mulher de luta pela qual tenho grande admiração e respeito, por tornar este processo mais fácil e mais bonito.

E por fim, ao Universo, pelo grande presente e honra que foram os quatro anos em Santos,

Como todo meu coração, muito obrigada!

RESUMO

O patriarcado atua profundamente não apenas na sociedade brasileira como em grande parte das sociedades em nível mundial, evidenciando que a cultura da supremacia masculina, juntamente com a apropriação da lógica capitalista, dita normas de comportamentos individuais e coletivos que colocam as mulheres em uma posição de inferioridade e dependência em relação aos homens. Essa determinada subjugação feminina e do que é ser mulher nessa sociabilidade acaba por criar uma gama de preconceitos contra grupos que fogem a esse tipo de padrão comportamental pré-estabelecido, como é o caso dos homens e, principalmente, as mulheres homossexuais. Fugindo do que é esperado a uma mulher nesse cenário, a mulher lésbica em sua vivência não dá espaço à presença de uma figura masculina e representa por si só um movimento de negação ao sistema heterossexual fundamentado pelo patriarcado e o capitalismo, ou seja, representa um movimento direto de embate à ordem hegemônica. À vista disso, essas mulheres sofrem um processo de invisibilidade no que diz respeito às políticas de proteção, assistência e saúde, que será o foco a ser estudado nessa pesquisa, já que sua sexualidade e as expressões desta são deslegitimadas socialmente e politicamente, tornando-as vulneráveis e impedindo o acesso indiscriminatório aos seus direitos garantidos constitucionalmente. Essa pesquisa trabalhará com um grupo de mulheres lésbicas da Unifesp do curso de Serviço Social que estejam cursando a partir do 6º termo para fazer uma relação entre suas vivências cotidianas e como seus acessos aos serviços de saúde dialogam (ou não) com o que é proposto pelo Projeto Ético Político e o Código de Ética profissional.

Palavras-chave: Heteronormatividade; LGBT; Mulheres Lésbicas; Unifesp.

ABSTRACT

Patriarchy plays a deep role in the Brazilian society as well as in the largest part of the societies worldwide. This highlights the male supremacy culture, along with the capitalist logic appropriation, that dictates the individual and collective behavior rules that position women as inferior and dependent to men. Such established female subjugation, and the woman situation in this sociability, ends up creating a wide range of prejudices toward specific groups that are out of these predetermined behavioral patterns, such as homosexual men, and mostly homosexual women. To avoid what it is expected for a woman in this scenario, the lesbian in her living experience does not allow a male figure, and herself represents a denial protest against the heterosexual system based on the patriarchate and capitalism, i.e., she represents a direct struggle against the hegemonic order. In view of this, these women experience an invisibility process in terms of protection policies, care and health services, the main focus of this essay research, since their sexuality and related expressions are politically and socially invalidated, making them vulnerable and denying them the indiscriminate access to their constitutionally guaranteed rights. In this essay, we will work with a group of lesbians at the Unifesp social service course, from the 6th period on wards, to analyze how is the interaction between their daily lives and their access to the health services (if any) based on the Political and Ethical Project and the Code of Professional Ethics proposals.

Keywords: Heteronormativity; LGBT; Lesbians; Unifesp.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Apresentando nossa investigação.....	13
 CAPÍTULO I: O PODER DO MACHO.....	 16
I.1. Capitalismo e patriarcado: construindo o poder do macho.....	17
I.2. Da construção à imposição da heteronormatividade.....	26
I.3. População LGBT e a luta por direitos.....	31
 CAPÍTULO II. MULHERES FORA DO LUGAR.....	 35
II.1. (In)visibilidade lésbica.....	36
II.2. (In)visibilidade lésbica na saúde.....	40
II.3. O olhar do Serviço Social para essa questão.....	43
 CAPÍTULO III. O DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL DA UNIFESP.....	 45
III.1. Saindo da invisibilidade: mulheres lésbicas no curso de Serviço Social da Unifesp.....	46
III.2. A pesquisa.....	50
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 58
A que ponto chegamos.....	59
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 61

INTRODUÇÃO

Apresentando nossa investigação

A lógica de atuação do patriarcado pode-se inicialmente ser compreendida através da própria origem de seu nome, o qual combina as duas palavras de naturalidade grega: *pater* (pai) e *arke* (origem e comando); significando, portanto, a detenção do poder por parte dos homens em uma determinada formação social (DELPHY, 2009). Na sociedade capitalista tal poder se expressa na diminuição econômica, social e política da figura da mulher e do que representa o feminino em detrimento da dominação da figura masculina, trazendo como consequência a inferiorização e invisibilização das mesmas e a exaltação da força e virilidade representadas pela imagem do homem. Essa imagem atribui ao homem o papel de “chefe” da família, o responsável pelo trabalho e o dinheiro, a assertividade, a dominação, a lógica; enquanto cabe a mulher a emotividade, a intuição, o cuidado com a casa e os filhos e a submissão. Essa hierarquização dos sexos ficou conhecida como *divisão sexual do trabalho*.

Observando um cenário em que todo o poder de organização da sociedade encontra-se centralizado nas mãos dos homens, é estabelecida uma cultura de controle dos corpos e da sexualidade das mulheres, na qual estas são postas enquanto propriedades do considerado sexo superior devendo atender suas necessidades sexuais e reprodutivas fomentando uma realidade desigual de dependência entre os dois sexos. Em decorrência desta determinada relação, estrutura-se uma lógica heterossexista que não coloca em pauta apenas a relação de apropriação do corpo feminino como também de que este é o único tipo de relação possível no sistema capitalista, cuja maior demanda é a garantia de uma constante geração de mão de obra trabalhadora para seu pleno funcionamento. É evidente que o patriarcado é, portanto, fundamentado a partir de uma base sócio-histórica que traça a trajetória da opressão feminina e a falta de autonomia destas para com seus corpos e a expressão de sua sexualidade, resultando na invisibilidade e discriminação das mulheres homossexuais.

A homossexualidade feminina fere duplamente a ideologia hegemônica em questão quando representa uma renúncia da lógica heterossexista por parte do sexo que supostamente possui como papel social a exclusiva submissão aos homens, fazendo com que estas mulheres sofram não somente com a opressão de gênero, mas também de sexualidade. Com a discriminação proveniente da negação desse tipo de relacionamento afetivo-sexual, surgem no Brasil movimentos sociais como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (ABGLT) em 1995 e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) em 2003, a fim de

ocupar espaços políticos com a proposta de defesa dos direitos desses grupos acometidos pelo preconceito causado pela homofobia. Segundo Simões e Fachinni (2009, p. 25)

De modo semelhante à “misoginia” ou “machismo”, para o caso do movimento feminista, e ao “racismo”, para o caso movimento negro, a homofobia aparece para o movimento LGBT como uma âncora a partir da qual se procura estruturar as identidades coletivas associadas ao movimento e legitimar a perspectiva de outras conquistas no campo dos direitos e da política.

Apesar de tardia, essa discussão mostra-se extremamente importante no que diz respeito à inserção da mulher e principalmente, à introdução da visibilidade da mulher lésbica no cenário político e representa a luta por importantes direitos sociais e políticas públicas que contemplem para além da liberdade sexual desse grupo, mas também o direito deste à liberdade de expressão, segurança e saúde. Por saúde, faz-se necessário pensar que se trata de uma sexualidade *à mercê* de problemas como a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), e práticas ginecológicas que podem ser tanto invasivas quanto insatisfatórias para este corpo, sendo ambas problemáticas muito pouco estudadas e, por isso, ocasionando no comprometimento da saúde sexual de mulheres que se relacionam com outras mulheres. Estas, portanto, são vítimas constantes de desafios e limitações no campo social e da saúde como resultado da invisibilidade diante de uma sociedade que compreende a figura masculina como predominante à feminina no âmbito social, político, econômico e cultural, acometendo tal forma de relação à falta de reconhecimento e investimento, tanto no setor público como no privado, que falham ao não garantir o direito ao acesso a um serviço de saúde que abranja e respeite determinada orientação sexual.

À vista disso, o Serviço Social tem por responsabilidade o planejamento e a execução de políticas públicas que garantam o acesso aos direitos de quaisquer grupos e indivíduos de maneira indiscriminatória, além da realização de produções e estudos a respeito da temática. Possuindo um projeto ético-político e um Código de Ética que é conduzido em direção à emancipação humana e visam uma sociedade igualitária e livre de opressões, compete à categoria profissional uma formação e uma atuação que dê visibilidade de forma a atender as demandas particulares e necessárias desse grupo que se encontra à margem do alcance das políticas públicas. Embora haja a compreensão de determinada necessidade de diálogo que permeia a relação entre o Serviço Social e a questão da homossexualidade feminina, pouco material e manifestações sobre o tema é encontrado no debate profissional, gerando uma lacuna de incoerência entre o que é proposto pela profissão e seu cotidiano de atuação, tanto

em sua formação acadêmica quanto no trabalho propriamente. Aqui apresentamos o resultado de nossa pesquisa, que envolveu, de um lado, a consulta a estudos que pudessem nos ajudar a compreender teoricamente as origens e a manutenção do patriarcado e da heteronormatividade e, de outro, o objeto empírico propriamente dito.

Assim, em nosso primeiro capítulo autores como Friedrich Engels e Heleieth Saffioti foram centrais para abordarmos a submissão feminina e a correlação desta com o capitalismo, a propriedade privada e a família monogâmica. Também abarcamos a importância das lutas das mulheres e LGBTs pelo direito à igualdade e à plena expressão de sua sexualidade e os principais movimentos representantes destes do Brasil.

No segundo capítulo abordamos a questão da invisibilidade da homossexualidade feminina nesse cenário que subjuga a mulher e condena quaisquer relações que não as heterossexuais. Colocamos em pauta o preconceito sócio-político vivido pelas mulheres lésbicas de modo geral e, em seguida, mais especificamente na área da saúde, no que diz respeito à expressão e cuidado com sua saúde sexual. Introduzimos o debate do Serviço Social para evidenciar que essa invisibilidade também se mostra presente na profissão.

Por fim, no terceiro capítulo apresentamos nossa pesquisa de campo. Partimos da afirmação de que o patriarcado é um sistema que subjuga a mulher em todas as faces da sociedade e que, portanto, este também o faz nas relações entre as mulheres lésbicas no que diz respeito à expressão e ao cuidado com sua saúde sexual. Nossa hipótese era de que apesar do Serviço Social apresentar uma proposta de projeto ético-político emancipatória, sua aplicação na realidade objetiva ainda atua pela lógica do patriarcado e interfere diretamente na saúde sexual e na invisibilidade das mulheres lésbicas, repercutindo em uma incoerência entre a formação profissional e a materialização desta nos espaços de atendimento à saúde da mulher, enquanto ambientes de atenção/cuidado e democratização de informações sobre prevenção sexual e saúde. Queríamos saber qual a relação (ou a falta de) entre o propósito do curso e a realidade objetiva vivenciada por suas próprias estudantes? Estas sentem que sua sexualidade é contemplada pelas políticas públicas e por um serviço de saúde da mulher de qualidade? Como o Serviço Social dialoga com essa temática dentro e fora da universidade? O que as estudantes teriam a dizer sobre suas vivências cotidianas enquanto alunas de Serviço Social e mulheres lésbicas? Responder a estas perguntas implicou em criar um grupo focal para a escuta e a análise das estudantes do campus que protagonizam essa problemática. É o que será posto agora à disposição de nosso/a leitor/a.

CAPÍTULO I

O PODER DO MACHO

I.1. Capitalismo e patriarcado: construindo o poder do macho

As relações de sexo e poder tal como concebida socialmente, remontam, originariamente, ao momento em que foi atribuído ao homem a dominação sobre a mulher, tendo como justificativa suas condições biológicas, em geral o fato de serem dotados de uma maior estatura e força física (SAFIOTTI, 1987, p. 12). É impossível uma datação, mas Heleieth Saffioti (2004), relaciona esta dominação masculina ao surgimento do patriarcado, cerca de 5.000 anos atrás. Tais relações de dominação passam a compor o cenário social e a definir as atribuições ao sexo masculino e ao feminino, reservando ao segundo as tarefas menos qualificadas em nossa sociedade. Na medida em que a sociedade ocidental vai se constituindo politicamente, as mulheres vão ocupando uma posição de “inferioridade” em relação aos homens. A elas é vetado o direito à cidadania, isto é, à participação em decisões políticas, o que, por sua vez, as excluem também de processos como os de alfabetização, restringindo-as exclusivamente ao espaço de responsabilização pelo cuidado da comunidade e da família; enquanto aos homens era reservado todo direito à vida pública e, portanto, às decisões políticas.

Com as mulheres designadas a cargos que as afastavam das decisões políticas e culturais da sociedade, os homens ficaram cada vez mais em uma posição de domínio em relação a elas, uma vez que a eles pertencia a produção intelectual e todo o desenvolvimento do corpo social. Tal desenvolvimento, como a circulação de moedas em detrimento do sistema de trocas de mercadoria, a saída de pessoas do meio rural (êxodo rural) como resultado do processo de desenvolvimento urbano e a ascensão da burguesia enquanto nova classe social detentora do alto poder econômico e social levou à queda do sistema econômico e político que imperava anteriormente ao capitalismo até o século XV.

Muito embora o capitalismo mercantil tenha sido adotado socialmente na Europa ocidental logo após a crise do sistema feudal, entre os séculos XV e XVIII, é em meados do século XVIII que se instaura o chamado capitalismo industrial, em decorrência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, em que é definido um novo marco de opressão às mulheres e de cerceamento de seus direitos enquanto indivíduos sociais. Danielle Kergoat relaciona este período ao surgimento da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Segundo Saffioti, o processo de divisão sexual do trabalho se consolidou afirmando que os papéis sociais de homens e mulheres são atribuídos pela própria sociedade e é esta quem delimita como e onde irão exercer suas funções. Fica destinado ao homem a função de prover a família, enquanto “a mulher é socialmente responsável pela manutenção da residência e pela criação e educação dos filhos” (SAFFIOTI, 1987, p. 09)

A este respeito, Mirla Cisne (2012) observa a necessidade de perceber que a “feminilização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada” (2012, p. 120). Para a autora, essa análise “permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados” (2012, p. 121).

Para contextualizar e caracterizar essa forma de opressão que ascende com o estabelecimento do modo de produção capitalista, é importante compreender que este é fundamentado a partir de uma organização social que possui como cenário a divisão da sociedade entre duas classes fundamentais: a classe composta pelos que detêm os meios de produção, a burguesia, e a classe que contempla os que necessitam vender sua força de trabalho como forma de subsistência, o proletariado. Para que haja a constante reprodução e manutenção desse sistema, é necessário que exista uma relação de exploração por parte da classe dominante sobre a força de trabalho da classe trabalhadora. Pauta-se essa relação, dentre outros, por meio do estímulo a uma lógica individualista, fundamentada através dos princípios de propriedade privada dos bens individuais e dos meios de produção (que será conceituado e aprofundado posteriormente), além da introdução de uma formação familiar de caráter monogâmico enquanto fundamental geradora de mão-de-obra reserva para o capital, ou seja, uma família de laços conjugais sólidos que tem como base o predomínio do homem e

apresenta enquanto finalidade a procriação de filhos cuja paternidade seja indiscutível (ENGELS, 1974).

Diante do surgimento, portanto, dessa organização política, econômica, social e cultural que se instaura no Ocidente com o objetivo de reorganizar e transformar o funcionamento da sociedade, observa-se a ascensão de uma sociabilidade que subjuga a posição da mulher enquanto parte operante e fundamental ao desenvolvimento desse sistema, como afirma Saffioti

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (1976, p. 35).

Sendo a divisão sexual do trabalho um dos fatores determinantes da exploração capitalista, é observada não somente a limitação da mulher à esfera social reprodutiva (responsável pelo compromisso com a maternidade e, por conseguinte, com a criação dos filhos e com o cuidado doméstico e familiar), polarizando o que é “naturalmente” de incumbência masculina e feminina; como também se verifica uma hipervalorização do trabalho quando este é realizado pelo homem, ao contrário de quando o mesmo é realizado pela mulher (CISNE, 2018). Em outro texto, Cisne (2012) chama a atenção, portanto, para a importância da “desomogeneização” da classe trabalhadora para se observar a questão da exploração e opressão das mulheres no sistema capitalista. Neste sentido, corrobora as análises feitas pela socióloga feminista Elizabeth Souza-Lobo (1991), em especial a de que a classe operária tem dois sexos.

A autora, parafraseando Lobo, reforça que a naturalização dos papéis de gênero e especificamente, a naturalização do papel feminino dentro da esfera produtiva, acaba deslegitimando o trabalho feminino, como podemos observar no trecho:

A subordinação da mulher e dos dons ou habilidades ditas femininas são apropriadas pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de

habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho. Neste sentido, afirma Lobo: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como ‘menos complexa’ (1991). Este “menos complexa” vem a ser justificção de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino” (CISNE, 2012 p. 114).

Ainda, Cisne nos faz refletir que a subordinação do trabalho feminino faz com que a mulher nunca se sinta o suficiente para assumir determinados cargos e, além disso, dificulta a união das mulheres enquanto classe de trabalhadoras, o que legitima ainda mais a consolidação do capitalismo.

A não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com a sua classe. Isso faz com que algumas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com este sistema. Esse fenômeno não se dá de forma isolada. A responsabilidade com o lar e com as(os) filhas(os) reduz o tempo livre das mulheres para atividades políticas. Além disso, há a cultura sexista de passivização e de adequação das mulheres aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens, como historicamente foi determinado. (CISNE, 2012 p. 114, 115)

Dada essa hierarquização do trabalho em um cenário que superexplora o sexo feminino na esfera produtiva, o poder do homem passa a se dar não somente em detrimento daquele da mulher, mas também sobre, literalmente, o corpo feminino. A partir da propriedade privada dos meios de produção, no capitalismo estimula-se uma lógica de individualidade causada pela existência de uma classe que não precisa vender sua força de trabalho, uma vez que detém os meios produtivos, ou seja, de acordo com a teoria marxista, detém todos os elementos essenciais para a realização do trabalho; portanto, é responsável pela exploração da classe proletária que necessita desse trabalho para subsistir.

Tratando-se da propriedade privada dos bens individuais, pode-se entender que essa nova lógica individualista cria também os patrimônios privados em detrimento do sistema comunitário que existia antes dessa organização social. O coletivo perde espaço para o pessoal e a sociedade passa a competir com as demais, disputando parcelas da concentração de riqueza social gerada pelo capital.

Em meio a isso, o corpo da mulher passa a ser parte da propriedade masculina e

fundamenta a importância da chamada constituição familiar monogâmica, em que a mulher deve fidelidade afetiva e sexual exclusivamente a seu marido; constituindo, portanto, uma organização patriarcal de controle dos corpos e sentimentos femininos.

Pela primeira vez, sentimentos sexuais e emocionais começaram a ser influenciados pelo controle social, e proibições sexuais rígidas foram construídas. Vergonha, culpa e medo passaram a ser relacionados com o sexo e como forma de opressão para manutenção da ordem. O que era casual, espontâneo e natural começou a ser objeto de conflitos e, em última instância, perseguição. Com a propriedade privada, o natural passou a ser não natural (OKITA, 2007, p. 33-34).

Com a mudança na estrutura da sociedade, com o advento do capitalismo a condição feminina foi profundamente alterada, como foi exposto. Para Engels, em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, com o novo sistema de propriedade privada - e consequentemente, o casamento monogâmico e instauração da família - a mulher foi convertida na esposa solitária e mãe, destinada ao lar isolado. A mulher, portanto, perde o seu papel de protagonista dos meios de produção e transfere ao homem esse papel central.

Estas considerações se aproximam da acepção feminista sobre o **patriarcado**, que o compreende como uma estrutura em que os homens detêm o poder, ou ainda, como um “sistema total que impregna e comanda um conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais” (DELPHY, 2009, p. 178). O patriarcado está na origem do que Pateman (1993) denominou *contrato sexual* ou um pacto masculino que impôs um acordo, que é tanto sexual como social: no plano social, o contrato é patriarcal e “cria o direito político dos homens sobre as mulheres”, mas ele é “também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17).

Essa posição de controle e poder masculino sobre as mulheres enquanto indivíduos, impôs a hiperssexualização e a violência contra o corpo feminino, que se tornaram um problema recorrente na história das mulheres. Uma vez que as mulheres devem fidelidade e responsabilidade sexual e reprodutiva para com os homens (especificamente com aquele que deveria corresponder à imagem de seu marido), seus corpos passam a ser não somente propriedade masculina, como devem servir para o consumo e satisfação pessoal dos mesmos. Em outras palavras, deve servi-los, agradá-los, pertencê-los e, quando não corresponder a estas normas esperadas, devem ser punidos. Entretanto, não podemos falar do capitalismo e do sistema patriarcal sem falar das mulheres negras que, devido à questão racial que se

expressa na sociedade desde a época da escravidão até os dias de hoje, tem em seus corpos ainda mais a representação das violências machistas nesse sistema classista.

Com efeito, as mulheres negras viveram (e vivem) a face mais cruel da violência. As que viveram a escravidão viviam sob a violência do estupro praticado pelos escravocratas como um instrumento de dominação. Em análise sobre a condição das mulheres escravizadas nos Estados Unidos, Angela Davis observa a extrema vulnerabilidade a que elas foram expostas, mais que os homens escravizados, sendo a coerção sexual uma constante em suas vidas. Se os homens eram açoitados e mutilados, “as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20).

No Brasil não foi (e não é) diferente. Na formação social brasileira encontram-se características autoritárias próprias à família patriarcal que se consolidou durante o regime escravista, assegurando a autoridade do “pai-senhor”, isto é do patriarca, branco e proprietário, que detinha o controle quase absoluto¹ sobre a vida e a morte do(a)s escravizado(a)s, com o objetivo de garantir a máxima produção, o que implicava aumentar a exploração da força de trabalho escrava. Enquanto fêmeas, seus corpos eram violentados para extrair o leite para amamentar seus futuros opressores e para “aliviar as taras sexuais dos sinhôs” (CARNEIRO; SANTOS, 1985, p. 42).

Como trabalhadoras escravizadas, as mulheres negras eram consideradas iguais aos homens e recebiam os mesmos castigos que eles. Todavia, por serem do sexo feminino, também foram vítimas de abuso sexual e de outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A este respeito, Angela Davis explica que a “postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19). Enquanto fêmeas, estavam sexualmente à disposição dos senhores quando necessário, em especial, por causa do fim do comércio mundial de escravos, foram utilizadas como “reprodutoras” para expandir a força de

¹ Isto não significa que o(a)s negro(a)s estavam reduzidos a coisas, sem subjetividade alguma. Ao contrário, a historiografia crítica brasileira tem demonstrado diferentes dimensões das experiências do(a)s escravizado(a)s reconhecendo-os como sujeitos históricos e destacando suas constantes lutas contra a escravidão.

trabalho escrava. Nesta condição, foram reduzidas a “animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (DAVIS, 2016, p. 19), dificultando a constituição de laços familiares frente às constantes separações originadas pelas vendas de companheiro(a)s e filho(a)s². Muito embora, no Brasil, o fim da escravidão no século XIX tenha sido uma grande conquista que representou a liberdade dos homens e mulheres negras das violências sofridas com a exploração de seu trabalho, de seus corpos e de sua sexualidade, lamentavelmente o preconceito e discriminação racial, também chamada de *racismo*, não possuiu o mesmo fim na sociedade na época e perdura ideologicamente até a atualidade. Em outras palavras, a população negra sofreu com a marginalização causada pela abolição do trabalho escravista e com a ausência de direitos sociais que oferecessem condições materiais de participação integral na vida social em decorrência da não aceitação destes e destas no exercício pleno da cidadania, uma vez que carregavam o estigma da escravidão em suas peles.

Essa opressão e rejeição social branca colocaram a população negra degraus abaixo na escada da “democracia”, transformando sua luta por espaço, direitos e igualdade ainda mais árdua e que, por isso, persiste ideologicamente até hoje na crença de que as pessoas negras são socialmente inferiores e não devem ocupar os mesmos espaços que as pessoas brancas, a menos que seja para servi-las, culminando em uma sociedade extremamente racista e excludente. Lélia González afirma que existe uma divisão racial do trabalho, constantemente camuflada sob o manto do mito da democracia racial. Na divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 1980, p. 233). Nesta perspectiva, Renata Gonçalves (2018), enfatiza que a violência hierarquizada de acordo com a classe social e, sobretudo, com a cor da pele – o que, segundo a autora, em geral no Brasil, indica a origem de classe – sendo maior ou menor e mais ou menos tolerada socialmente. Isto significa “que o contrato/pacto não é apenas sexual, nem somente social, ele também é racial, como amplamente denunciado pelas mulheres negras” (GONÇALVES, 2018, p. 98).

Quando falamos da mulher negra, não apenas falamos dessa mulher que carrega em sua pele um passado histórico e um presente penoso marcados por diversas violências (hooks, 2015), como também falamos de um indivíduo que leva o estigma de ser,

² Davis chama a atenção ao fato de que, mesmo nestas circunstâncias opressoras, as mulheres extraíam “de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão” (2016, p. 24).

simplesmente, mulher.

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina “natural” orgânica mais próxima da natureza “animalística” e primitiva (hooks, 1995, p. 468).

Em decorrência de tal ideologia contemplada nesse cenário de subjugação do feminino, seja ele branco ou negro, a violência contra a mulher se apresenta em suas mais variadas formas e faces, podendo ser compreendida enquanto violência física, psicológica, sexual, ocorrendo em diversos ambientes e momentos na vida de uma mulher dada a sua representação enquanto objeto de consumo masculino. Com o desprezo do sexo feminino em tantos âmbitos e esferas da sociedade, de modo a afetar sua própria realidade subjetiva além de sua existência e vivência social, passa-se a ser depreciada não somente a mulher enquanto indivíduo, mas também tudo que é considerado do “universo feminino” e suas expressões no corpo social.

Considerando que as mulheres assumem uma posição de inferioridade em relação aos homens e, portanto, instituído que estas devem sempre preocupar-se com os cuidados de si mesmas para parecerem mais atraentes, frágeis e agradáveis aos olhares masculinos, quando referimo-nos a tal universo feminino tratamos das questões atribuídas ao “ser mulher” na sociedade capitalista patriarcal. Trata-se dos papéis sociais que se espera serem desempenhados pelas mulheres nesse contexto, como, por exemplo: a realização de serviços domésticos, cuidados estéticos (uso de maquiagem, esmaltes nas unhas, cuidados com os cabelos), a particularidade de uma voz mais fina, delicadeza, sentimentalismo, entre tantas outras ações e características que reafirmam a superioridade e virilidade do homem. Por conseguinte, a este será conferido o papel social da força física, da realização de trabalhos brutos e complexos, da ausência de sentimentos que demonstrem fragilidade e/ou fraqueza, e de tudo que compreende a imagem de “macho” na atualidade.

É a partir do entendimento de tal construção social de designação desses determinados “papéis femininos” e “papéis masculinos” que se inserem nos estudos da historicidade da mulher a concepção do que é *gênero*, podendo ser compreendido, conforme enuncia Perrot (2009, p. 111), por oposição ao sexo biológico, designando as relações dos sexos construídas

pela cultura e pela História. Deste modo, assumem a ambos os sexos identidades de gênero socialmente construídas a fim de caracterizar e distinguir o que é ser mulher e o que é ser homem para além do campo biológico, contudo assumindo juntamente ao campo social uma “unidade dialética, não sendo, portanto, categorias opostas ou excludentes, uma vez que somos ‘unos e indivisíveis’” (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Desde esse determinado momento, com a depreciação do gênero feminino, intensifica-se o preconceito e a discriminação tanto acerca dos homens que não performam a categorizada “masculinidade”, quanto das mulheres que não performam a “feminilidade”. Torna-se uma espécie de norma social que os homens comportem-se de forma prevista e correspondente ao seu gênero, assim igualmente esperado às mulheres. Logo, a violência contra a mulher passa não somente a contemplar estas que são consideradas masculinizadas, por fugirem dos padrões esperados pelos homens, como também os homens considerados feminilizados que, por desempenharem comportamentos padrões atribuídos ao sexo feminino, passam a pertencer ao mesmo espaço de inferioridade e subalternidade designado a este.

Nesse cenário sexista proporcionado pelo patriarcado e intensificado no sistema capitalista-racista, reconhecemos um ciclo de violências contra a mulher em diferentes níveis e em concordância com sua cor, sua raça, sua aparência e sua ocupação. A violência se dá em quaisquer das classes sociais, mas adquire contornos distintos de acordo com a classe, raça e gênero. Isso torna possível a percepção da irrelevância da imagem dada à mulher e às características a ela atribuídas, reforçando a ideia de que as mulheres precisam estar ao lado dos homens para serem socialmente respeitadas e aceitas e, principalmente, de que os homens precisam estar com mulheres para reafirmarem seu poder e sua masculinidade, resultando no estímulo de uma heterossexualidade compulsória cujo único objetivo é o de servir ao patriarcado e ao capital, lógica também chamada de *heteronormatividade*.

1.2. Da construção à imposição da heteronormatividade

Embora o capitalismo venda a heterossexualidade (monogâmica) como única relação afetivo-sexual ideal sob a ideologia dominante do patriarcado para perdurar a opressão das mulheres e criar sempre novas condições de expansão do exército de reserva de mão de obra, o trabalho de organização social e moral de implantação da heteronormatividade no corpo social não se restringe somente ao sistema em questão. Ao contrário, muitas instituições de grande influência social, como a Igreja Católica, são igualmente responsáveis pela criação de uma cultura que abomina e condena práticas sexuais e afetivas diferentes daquelas heterossexuais, levando toda uma sociedade à crença de que as relações homossexuais ou bissexuais (sendo a primeira de homens e mulheres que mantêm relações afetivo-sexuais exclusivamente com pessoas do mesmo sexo, e a segunda, de homens e mulheres que se relacionam com ambos os sexos) são erradas e condenadas por Deus.

Datadas desde a Grécia e a Roma antigas, a homo e a bissexualidade sempre foram compreendidas e aceitas enquanto práticas comuns entre os homens na civilização (VECCHIATTI, 2008, p. 42), entretanto, com a institucionalização das religiões judaico-cristãs no mundo Ocidental a partir da Idade Média, não somente as práticas sexuais realizadas fora do casamento passaram a ser discriminadas, como também e principalmente as relações entre pessoas do mesmo sexo, condenando o chamado *ato sexual estéril* que seria, de acordo com Vecchiatti, “outra das fortes causas ensejadoras da pregação contrária à homoafetividade, ante a lógica de que a relação de amor homoafetiva não tem como gerar filhos biológicos” (2008, p. 52). Isto é, passou-se a considerar inaceitável quaisquer atos sexuais que não fossem realizados com o propósito de reprodução, submetendo os praticantes de tais atos e toda a sociedade à crença de que, por ser contra a vontade de Deus, os/as mesmos/as seriam castigados/as e não possuiriam o privilégio de terem suas almas salvas e aptas a passarem a eternidade em Seu reino.

Esse tipo de pensamento que passa a ganhar força e a fé de incontáveis cristãos acerca do mundo Ocidental culminou em uma sociedade altamente moralista e discriminatória, cujo preconceito contra homossexuais fugiu do campo ideológico e cultural, fazendo com que as práticas homoafetivas chegassem ao patamar da ilegalidade perante o Estado.

A contínua pregação religiosa no sentido de que o Messias voltaria à Terra a qualquer momento e que somente aqueles tidos como “bons” iriam para o Reino de Deus fez com que os cristãos em geral passassem a obter valiosos aliados, temerosos de não conseguirem chegar ao Paraíso: os reis/imperadores. Isso fez que diversos monarcas, quando convertidos, passassem a editar leis contrárias às práticas homoafetivas, sob a deturpada interpretação bíblica que as condenava (ibidem, p. 52).

Além do viés religioso de dominação e controle das sexualidades, é fundamental retomar com maior ênfase, para a compreensão do conceito da heteronormatividade, a origem da família monogâmica e rever a atuação desta como forma de controle da sociedade e dos corpos das mulheres. Podendo ser compreendida na passagem de uma sociedade de caráter colaborativo, cujos interesses eram coletivos e apontavam para o atendimento das demandas da comunidade, para uma sociedade de classes marcada pela presença da competitividade entre os homens, fundamentada a partir da ideologia individualista característica da propriedade privada, a família monogâmica, ou família nuclear, acaba por surgir como consequência da organização de uma classe dominante que possui interesses pessoais e como forma de estratégia para atingir o enriquecimento pessoal (LESSA, 2012, p. 26).

Friedrich Engels afirma que a consolidação da propriedade privada fez com que o sexo feminino fosse “derrotado”. Além disso, o autor assinala que a monogamia, especificamente o casamento burguês, é a chave da opressão das mulheres.

As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo - embora apenas para a proletária - o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 1974, p. 93)

A historiadora Michelle Perrot analisa o processo de industrialização na França e ressalta que naquele país houve uma excentricidade: “os fabricantes procuram empregar toda

a família para garantir o recrutamento e a fidelidade da mão-de-obra. Cada membro da família é utilizado conforme suas forças e seu estatuto” (PERROT, 1988, p. 60). Ou seja, a presença do patriarcalismo doméstico se transfere e se reproduz nas fábricas. Para a historiadora a industrialização, longe de destruir a família, “tenta reforçá-la para usá-la para seus próprios fins, não sem aumentar as contradições e tensões internas” (PERROT, 1988, p. 60). Assim, a família transformou-se em instrumento suplementar para sustentar as massas trabalhadoras.

Analisando essa sociabilidade classista, sexista e moralista que surgiu com a propriedade privada e o meio de exploração do trabalho, não é difícil o entendimento dos interesses nas relações heterossexuais, como formas de relação de poder, e na apropriação do discurso cristão, por exemplo, para legitimar a discriminação de outras configurações de união. Com o mercado agindo em consonância com o Estado, a Igreja e uma Medicina que, de acordo com Foucault (1988), tratava a homossexualidade enquanto doença visando à cura das pessoas homossexuais as quais se acreditava serem uma diferente espécie; dissemina-se uma onda de valores pré-determinados por toda a população que passa a estabelecer uma nova forma de se organizar, agir e pensar segregacionista e com obstáculos ainda mais sólidos a serem enfrentados pelas mulheres e por pessoas não-heterossexuais, diferentemente de como se organizavam as sociedades primitivas, em que não havia hierarquização sexual e tampouco preconceitos acerca das diferentes sexualidades.

As relações primitivas entre os homens e as mulheres, entre os adultos e as crianças, as formas de parentesco, etc., por mais distintas ao longo do tempo e entre diferentes civilizações, não exibem traço algum das relações de poder que são a essência do casamento monogâmico. A entrada na história da família monogâmica representou a gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado). Em todos os casos, sem exceção (LESSA, 2012, p. 28).

Evelyn Reed, dialogando com Engels, ainda afirma que as mulheres desfrutavam de certa igualdade nas sociedades primitivas. Segundo a autora “a maioria das mulheres não compreende que seu problema não existia antes da instauração da sociedade de classes, que as desqualificou da elevada posição de igualdade que desfrutavam na sociedade primitiva” (REED, 2008). A autora frisa que a sociedade primitiva se organizava de forma não classista, ou seja, sem classes. Já a sociedade de classes tem como essência a desigualdade. Enquanto a sociedade primitiva se baseava em uma democracia autêntica e em uma

igualdade completa, a outra, para sua reprodução, se baseava (e se baseia) no machismo para a manutenção de uma minoria privilegiada.

A autora chama a atenção para o fato de que na sociedade primitiva as mulheres eram livres, davam à luz seus filhos e continuavam livres. As relações sexuais eram iguais para os homens e para as mulheres. A sociedade, no geral, prezava pela autonomia e democracia, enxergando todos os membros iguais. Além disso, para a autora, a existência dessas relações sexuais livres proporcionava às mulheres uma maior autonomia e liberdade até mesmo para “dirigir as primeiras formas de vida social” (REED, 2008). Enquanto os homens estavam ocupados com a caça, as mulheres desenvolviam a maior parte dos objetos, dos conhecimentos e técnicas. Assim, a autora coloca as mulheres como criadoras da primeira organização social da humanidade, participavam e efetivavam o desenvolvimento das atividades produtivas, base para o progresso social da época.

Ao passo que a sociedade de classes se consolidou em conformidade com determinados valores morais que imperam e ditam essa norma de sociabilidade dialogando com seus interesses econômicos, políticos e culturais, pode-se contestar que, por outro lado, a constitucionalização dos direitos civis, no entanto, foi prevista a partir de premissas como a dignidade da pessoa humana e da prevalência dos direitos humanos, em diálogo com a Constituição Federal de 1988, indo de embate a essa lógica. Ou seja, quando analisamos de um lado o modo de produção capitalista e toda ação de manutenção e valorização do sistema, é possível evidenciar que esse regime de imposição da heterossexualidade, que reforça ainda mais a afirmação da necessidade de controle e exploração dos corpos femininos, é instituído para atender exclusivamente os determinados interesses que o fundamentam. Portanto, a heterossexualidade combinada com o propósito da família monogâmica no capitalismo mostra-se enquanto “uma potente instituição social, amplamente endossada ao Estado e à Nação e que desempenha um importante papel na circulação de pessoas” possibilitando “estabelecer o sistema de filiação legítimo, e o recebimento ou a transmissão da herança, o que garante o acesso mais rápido aos recursos” (FALQUET, 2008, p. 132).

Já quando falamos nos direitos sociais e civis, no Brasil, por outro lado, desconsideramos o recorte das demandas e interesses particulares da esfera produtiva para pensar apenas na proteção integral dos indivíduos na esfera social enquanto cidadãos(ãs) brasileiros(as), cuja garantia é de responsabilidade do Estado e, como dito anteriormente, se expressa na Constituição Federal. Essa constitucionalização tem por objetivo afirmar à

população sobre seus direitos e deveres e assegurar o exercício pleno da cidadania por todos aqueles declarados legalmente brasileiros, devendo imperar sobre todo e qualquer indivíduo dentro do território nacional sem discriminação quanto ao sexo, raça e orientação sexual, em respeito à democracia e à diversidade marcada historicamente pela miscigenação dos povos que atualmente caracterizam a pluralidade do país.

Falar em constitucionalização significa falar na necessidade de observar a hierarquia de bens sociais a ser protegida – hierarquia esta que está determinada na Constituição federal. Ou seja, não está no topo da ordem social brasileira a proteção da heterossexualidade, mas a justiça social, a não discriminação, a dignidade humana, a liberdade. Isto significa que tanto as ações do Estado, quanto as relações entre os indivíduos estão subordinadas aos ditames constitucionais e não a moralidades de grupos específicos (BUGLIONE, 2004, p. 152).

Observando, no entanto, essa relação entre a criminalização da bi/homossexualidade e a importância das famílias heterossexuais monogâmicas para a reprodução e manutenção do sistema hegemônico vigente, em detrimento do que é previsto enquanto direito da população, é visto que a heteronormatividade pode ser bifurcada em duas formas de opressão de grupos distintos: por um lado vê-se a reafirmação da superioridade masculina em detrimento à feminina, agora podendo ser legitimada através de uma constituição familiar que caracteriza a dependência da mulher em relação ao homem, podendo esta ser marginalizada e discriminada em caso de não atender a essa determinada expectativa social; e por outro, a relação de condenação de outras formas de relacionamento diferentes do modelo oferecido e esperado pela família monogâmica, que é essencialmente heterossexual.

Retomando Vecchiatti, para fazer o recorte necessário para a fundamentação do próximo capítulo, compreendemos que a partir do dado momento em que as relações homossexuais, portanto, passaram a ser moral e legalmente condenadas por uma organização social que já oprimia e subjugava o sexo feminino e todas as atribuições que constituíam seus papéis na sociedade patriarcal, tanto homens quanto mulheres tiveram que passar a exercer sua sexualidade ilegitimamente a fim de não sofrerem as punições previstas pelas leis estabelecidas no Estado. Sendo este um grande marco da efetivação da *homofobia* na história da sociedade Ocidental, significando, portanto, a contrariedade e condenação de quaisquer práticas sexuais ou afetivas que não sejam entre o sexo feminino e o masculino (heterossexual), é observada até os dias de hoje uma sociedade que compreende este comportamento natural e histórico dos homens e mulheres homo ou bissexuais enquanto

imoral, uma vez que vai de embate à lógica cultural hegemônica cristã e patriarcal.

I. 3. População LGBT e a luta por direitos

A base ideológica que determina as condutas e ações de todo um modelo societário, não apenas acomete mulheres e homens que se relacionam com o mesmo ou com ambos os sexos, como também as pessoas transsexuais/transgêneros que, para além de suas relações afetivo-sexuais, são pessoas que não se reconhecem e tampouco estão em conformidade com seus sexos biológicos. A problemática acerca dessa população, popularmente conhecida como população *LGBT* (lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais/transgêneros) se reflete materialmente no campo dos direitos humanos e sociais, o que resulta não apenas na falta de segurança para com este grupo como, consequentemente, em uma maior exposição a violências as quais estes estão suscetíveis a sofrer ao longo de suas vidas tanto na esfera pública quando na esfera privada, como evidencia uma campanha de informação pública realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU Livre & Iguais), em 2013.

Pessoas LGBT de todas as idades e em todas as regiões do mundo sofrem violações de seus direitos humanos. Elas são agredidas fisicamente, seqüestradas, estupradas e assassinadas. Em mais de um terço dos países do mundo, podem ser detidas e presas (e em pelo menos cinco países, executadas) por se engajar em relações consensuais e privadas com pessoas do mesmo sexo. Os Estados muitas vezes não conseguem proteger adequadamente as pessoas LGBT de tratamento discriminatório na esfera privada, incluindo o local de trabalho, suas casas e no acesso à saúde.

Essa gama de violências gerada através do estímulo a uma heterossexualidade compulsória ideologicamente machista, no Brasil, tem apresentado números alarmantes, transformando-o no país que mais comete crimes contra as minorias sexuais no mundo, sendo contabilizada uma morte por LGBTfobia a cada 19 horas em todo território. De acordo com o relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga associação brasileira de defesa de direitos humanos dirigida para a população LBGT, fundada em 1980; no ano de 2017 foram aferidas no Brasil 445 mortes por homo e transfobia, sendo 387 assassinatos e 58 suicídios, representando um aumento de 30% em relação ao ano de 2016, em que foram registradas 343 mortes.

Um importante fator a ser apontado é que não somente o debate sobre heteronormatividade diz respeito à orientação sexual dos sujeitos (termo utilizado para designar o tipo de atração afetivo-sexual sentida por uma pessoa em relação à outra: homo, hétero ou bi) como também diz respeito aos papéis de gêneros anteriormente contextualizados

neste capítulo. Uma vez que a heteronormatividade significa a imposição de uma sexualidade com finalidade reprodutiva, que reafirma o machismo, ou a posição feminina de submissão em relação ao homem, reitera-se a ideia de inferioridade acerca do gênero feminino e principalmente de seu desempenho dentro das relações homossexuais mesmo nas civilizações clássicas, constatando que o preconceito que permeava a relação entre dois homens era fundamentalmente pautado nos papéis femininos exercidos por um deles na relação e não no sexo biológico com o qual ele se relacionava, ou seja, “um homem que mantivesse uma relação sexual passiva era colocado no mesmo patamar que uma mulher, que era socialmente desprezada por uma camada dominante da população, composta por homens” (VECCHIATTI, 2008, p. 42). À vista disso, atualmente vê-se uma relação dessa historicidade com os dados de violências sofridas pela população LGBT quando aqueles mais acometidos pela discriminação são justamente os que não desempenham os papéis de gênero esperados, sendo estes, principalmente, travestis e mulheres transsexuais, os gays afeminados e as mulheres masculinizadas. No ano de 2017 ainda constatou-se que das 445 vítimas de LGBTfobia 194 eram gays, representando 43,6% das mortes, e 191 eram travestis e/ou transsexuais, representando 42,9%. De acordo com o relatório do GGB (2008, p. 13), inseridos nestes 43,6% encontravam-se não somente homossexuais masculinos, mas também transformistas e *drag queens*, que são homens que performam esporadicamente o gênero feminino com finalidade exclusivamente artística e performática para apresentação em shows, por exemplo.

Considerando que é dever do Estado garantir a não disseminação de violências físicas e morais, tendo como horizonte um desenvolvimento social que respeita o direito de *ser* e *existir*, observa-se crescer cada vez mais entre a população um movimento de compreensão e reivindicação desses direitos que lhes são constitucionalmente assegurados, mas objetivamente não garantidos em meio a esse cenário contraditório imperado predominantemente pelo plano de fundo do patriarcado e fortemente marcado pela desigualdade e discriminação à diversidade sexual, reafirmando ao Estado compete, portanto, não somente a defesa pela liberdade individual e da privacidade quanto ao *ser*, como também a universalidade no acesso intangível a direitos básicos fundamentais.

[...] ao Estado é negado a possibilidade de definir um padrão de comportamento (ethos). O Estado deve impedir que o privado seja violado, que as escolhas no âmbito da personalidade sejam elementos de limitação do exercício de outros direitos. Em outras palavras, ninguém pode, por ser homossexual, ter limitados direitos como acesso à educação, saúde, direito de ir e vir, acesso a locais públicos, trabalho etc.. E

ninguém poderá ter seu universo privado invadido (BUGLIONE, 2004, p. 152).

Movimentos feministas, compostos por e para mulheres que lutam pelos direitos de liberdade e o fim da cultura patriarcal, e movimentos em defesa dos LGBTs, cada vez mais têm se intensificado pela reivindicação de uma sociedade mais justa, protetiva, menos excludente e livre de preconceitos, tornando-se esta uma pauta cada vez mais recorrente nos planos políticos das Nações (apesar de ainda enfrentar inúmeros obstáculos e requerer muita luta), sendo defendida enquanto um dos princípios fundamentais de direitos humanos pela ONU e avançando gradativamente nos debates sociais no Brasil. Evidente que há muito a ser realizado e que o pensamento conservador ainda é hegemônico no país, entretanto não reconhecer a importância da ascensão dessa resistência é também deslegitimar a firme presença dos grupos oprimidos por sua sobrevivência.

A resistência por parte das mulheres e da população LGBT contra o patriarcado e o sistema heteronormativo, então, passa a adquirir uma força sublime na esfera social dentro de alguns desses movimentos. No Brasil, Cisne e Santos (2014) apontam quatro importantes organizações em defesa dos direitos destes grupos específicos na contemporaneidade, sendo estes: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Embora recentes e, portanto, ainda com um número de adesão pouco expressivo, é de grande importância o destaque, reconhecendo que apresentam um caráter fundamental de luta que aponta para além da garantia dos direitos sociais e sexuais de mulheres e LGBTs, mas principalmente para uma organização social livre de desigualdades e opressões.

[...] os movimentos LGBTs e feministas lutam contra um sistema que determina o sentido sócio-histórico e político de suas existências: o patriarcado, ainda que nem sempre esta questão esteja explícita no horizonte das estratégias desenvolvidas. Certas expressões das lutas desses movimentos, portanto, possuem confluência e encontram no projeto feminista classista a orientação política voltada para a conquista da liberdade e da superação de todas as formas de hierarquias, dominações, opressões, explorações e violências. (CISNE; SANTOS, 2014, p. 155).

A importância desses movimentos na atualidade tem por objetivo a luta pela igualdade de direitos concedidos, por exemplo, às famílias conjugais formadas pela mãe, pelo pai e por seus filhos. Visto que até 2013 os gays e lésbicas brasileiros/as não possuíam o direito de

casar-se ou adotar crianças, – ou seja, constituir uma família – dado o conservadorismo que permeia o Estado conforme explicado anteriormente, podemos observar que a existência e a luta LGBT no Brasil é composta por muita resistência e por um constante enfrentamento aos valores e ideais discriminatórios que ainda se mostram presentes e determinantes à realidade das consideradas minorias compostas, entre outras, por essa população.

Todavia, as resistências à aceitação de famílias formadas por homossexuais relacionam-se ao fato de que o movimento – e mais, a simples existência – de gays e lésbicas desafia estruturas milenares a partir das quais as sociedades humanas foram construídas, como a repressão sexual e a heterossexualidade compulsória. De uma maneira geral, as demandas de gays e lésbicas pelo reconhecimento de seus vínculos afetivo-sexuais como de ordem familiar não negam a diferença sexual, entre o masculino e o feminino, mas sua consideração como o único fundamento do desejo, da sexualidade e da família (MELLO, 2006, p. 499).

Por isso, ao realizar o debate sobre patriarcado e heteronormatividade, é imprescindível a discussão acerca da luta feminista e LGBT por igualdade e conquista de direitos garantidos exclusivamente para homens e mulheres que seguem o padrão familiar monogâmico e heterossexual proposto socialmente. Essa população, no Brasil e no mundo, morre diariamente em busca do direito pelo gozo das mesmas condições de vida dessa parcela privilegiada que, além de não reconhecer a determinada posição de privilégio que ocupa na sociedade, ainda reproduz cotidianamente em suas falas preconceituosas, piadas e brincadeiras “despretensiosas” um preconceito que reafirma o lugar no qual esse grupo esse grupo deve ocupar: o de marginalização.

CAPÍTULO II

MULHERES FORA DO LUGAR

II.1. (In)Visibilidade Lésbica

Para as mulheres lésbicas cisgênero (que estão em conformidade com seu sexo biológico) essa luta tem uma representação ainda mais significativa, uma vez que sofrem opressões estruturais de caráter machista por serem mulheres, e também, são vítimas constantes de violências por não serem heterossexuais. O que distingue, no entanto, a luta das mulheres homossexuais da dos homens homossexuais, tornando-a mais árdua e reafirmando a invisibilidade feminina no corpo social em suas diversas faces, é a opressão e heterogeneidade características do próprio meio LGBT marcada enfaticamente pelo machismo, o principal responsável por silenciarem-nas e trazer como reflexo na sociedade a invisibilização de sua existência e suas lutas nos dias de hoje.

Contextualizando, compreende-se que desde as civilizações antigas a conversa sobre a homo e a bissexualidade se deu pautada nos relacionamentos exclusivamente entre homens, uma vez que as práticas lésbicas são tanto condenadas quanto negadas na cultura patriarcal e, por conseguinte, pouco estudadas e frequentemente deformadas (FALQUET, 2009, p. 122), muito embora sejam tão naturais e antigas quanto a homossexualidade masculina. É, portanto, muito mais recente o reconhecimento dessas mulheres no cenário histórico da população LGBT em comparação aos homens gays. De acordo com Vecchiatti (2008, p. 42)

Isso decorre do fato de existirem poucas referências teóricas relativas ao amor lésbico, o que, por sua vez, foi ocasionado pelo entendimento dominante entre os homens da época que não se poderia falar em relação sexual sem a presença de um homem. A sexualidade das mulheres era completamente ignorada em virtude de o preconceito da época pregar que a sexualidade delas dependia necessariamente de um homem. Assim, tudo que ocorria entre “quatro paredes” entre duas mulheres era, na maioria das vezes, ignorado, o que ensejou pouca formalização escrita desses relacionamentos. Não obstante, o amor entre mulheres sempre existiu, assim como o *amor masculino* (grifo do autor).

Desta forma, é possível observar uma disparidade entre a representação do que é a homossexualidade masculina na sociedade e a manifestação da homossexualidade feminina em embate ao sistema patriarcal heteronormativo desde a antiguidade, o que ocasionou na opressão sofrida pelas mulheres lésbicas causada por parte dos homens os quais integram a comunidade LGBT que, apesar de não seguirem os padrões heteronormativos em suas relações afetivo-sexuais, continuam socialmente em uma posição de privilégio em relação às

mulheres, por serem homens. Em decorrência de tal fato, em 1980 foi criado no Brasil o primeiro grupo de lésbicas, chamado Grupo Lésbico-Feminista, também conhecido como LF o qual, em conformidade com apontamentos de Fernandes (2002), “representou uma resposta ao machismo, à misoginia e ao patriarcado presentes, por vezes, no movimento gay” (apud CISNE; SANTOS, 2014, p. 168). Desde então, a inserção das mulheres no campo de luta por seu direito à livre orientação e expressão afetivo-sexual começou a crescer cada vez mais e ganhar seu espaço no meio social e político de forma independente e, portanto, não mais agregada diretamente e exclusivamente à luta dos homens gays/bissexuais.

Acometidas pelo patriarcado e o sistema heterossexual, compreender essa questão que envolve a existência e o significado da relação das mulheres lésbicas é mais do que estudar e analisar a sexualidade pouco explorada desse grupo por si só, entretanto é, principalmente, entender a representação de um formato de relacionamento e de uma condição de *ser* que desafia diretamente a supremacia masculina e é intrinsecamente um ato de enfrentamento e ameaça à subjugação do sexo feminino e a dada divisão sexual e de gênero existente na sociedade com a finalidade de manter tal “ordem”.

Segundo a análise lésbico-feminista, dito sistema heterossexual descansa sobre a estrita divisão da humanidade em dois sexos que servem de base para construir dois gêneros rigorosamente opostos e forçados a manter relações muito desiguais de “complementariedade”. Esta “complementariedade” não é outra coisa que a justificação de uma divisão sexual do trabalho rígida, que se baseia em uma impiedosa exploração das mulheres, no âmbito doméstico, laboral, reprodutivo, sexual e no psico-emocional. Neste sentido, ao problematizar e criticar o sistema heterossexual, o lesbianismo em sua dimensão política questiona profundamente o sistema dominante, representa uma ruptura epistemológica fundamental e convida à uma revolução cultural e social de grande alcance. (FALQUET, 2013, p. 8).

Essa revolução cultural e social apresentada por Jules Falquet ao falar da multiplicidade de lésbicas (2013, p. 17) é indissociável ao abarcamento da heterogeneidade presente no meio lésbico, isto é, do entendimento da existência de diversos “tipos” de mulheres lésbicas e de suas respectivas lutas e obstáculos para a confrontação desse sistema. É desigual, por exemplo, a luta de uma mulher lésbica branca e a de uma mulher lésbica negra, a vivência de uma mulher lésbica que performa a feminilidade esperada atribuída ao sexo feminino e a de uma mulher lésbica “masculinizada”, performando o que é atribuído aos homens enquanto gênero masculino. Dessa forma, é inconcebível pensar em uma revolução

no pensamento e nos comportamentos sociais sem a unificação das lutas contra a opressão feminina, contra a discriminação por raça/etnia, contra a divisão sexual e de gênero e contra a sociedade de classes, visto que não se fala da completa emancipação das mulheres enquanto existirem enraizadas essas outras violências que colocam determinadas mulheres em posições diferentes de outras. Em decorrência a essa concepção, a partir dos anos 70 os movimentos lésbicos começaram a manifestar-se com o determinado intuito de abarcar as demais questões que atravessam a temática da sexualidade feminina em uma perspectiva feminista e anticapitalista compreendendo essas disparidades presentes entre as mulheres lésbicas, passando a apresentar em sua abordagem, então, questões de raça, de performance de gênero e de classe.

No Brasil, esse movimento de mulheres lésbicas feministas, iniciado em 1979, culminou na constituição da chamada Liga Brasileira de Lésbicas, em 2003, que hoje realiza importantes reuniões com vistas à “luta contra o patriarcado e todas as formas de fundamentalismos e a defesa de uma sociedade anticapitalista” (CISNE; SANTOS, 2014, p. 171). Embora o movimento complete ainda 39 anos, é de fundamental importância a compreensão da pertinência deste em um país estruturalmente sexista e homofóbico o qual possui números alarmantes de violências e homicídios contra as mulheres e a população LGBT em geral, ocupando o primeiro lugar no ranking mundial de países que mais cometem assassinatos contra essa população.

Desse modo, é possível constatar que a lesbianidade representa, para além de sua conformação enquanto movimento social, um enfrentamento feminista direto à organização social hegemônica vigente no sistema capitalista quando expressa uma forma de relação em que é incabível tanto uma figura masculina quanto a materialização de ações opressoras provenientes desse formato de sociabilidade. À vista disso, quando falamos sobre a invisibilidade da mulher lésbica, referimo-nos não somente a uma situação de invisibilidade no campo social, como também na esfera pública, que deixa essas mulheres desprotegidas e vulneráveis a quaisquer riscos, sendo frutos de um preconceito ideológico e culturalmente instituído, já que estão institucionalmente marginalizadas devido à negligência do Estado para com a sexualidade – do sexo inferior – que não lhe diz respeito e não tem a intencionalidade de servir a seus interesses.

Embora o lesbianismo tenha acompanhado a maior parte dos avanços da situação das mulheres, essas evoluções não devem nos fazer esquecer que, na maior parte dos países, e particularmente longe das grandes cidades, o lesbianismo permanece um tabu, perseguido, punido de maneira severa, e que pode simplesmente resultar em assassinato (FALQUET, 2009, p. 128).

Os estudos acerca das relações entre mulheres mostram-se inviáveis nesse cenário completamente adverso à sua existência e, através disso, é possível compreender a falta de material produzido para embasar e fundamentar sua prática, ao menos na perspectiva da área das ciências sociais. Entretanto, com o material encontrado e uma análise aprofundada sobre a funcionalidade do patriarcado, do sistema capitalista e da imposição da heteronormatividade, é possível visualizar que as mulheres lésbicas ocupam um espaço no qual a sua voz não cabe para preenchê-lo e, devido a isso, permanecem em uma margem de completo desinteresse social e político o qual por vezes é explorado apenas com o intuito de ser vendido na forma fetichizada para o consumo masculino, como por exemplo, na indústria pornográfica, em que as relações entre mulheres são apresentadas de forma a ser agradável para o olhar dos homens e convidativa à sua participação.

Enquanto sua existência for aceitável desde que os homens possam consumi-la, e a sua existência cotidiana nas demonstrações públicas de afeto – onde não são cabíveis os interesses masculinos – for desrespeitada e criminalizada, esse grupo nunca será prioridade de ser estudada e compreendida, resultando na falta de políticas e espaços públicos que visualizem suas especificidades e abarquem suas particularidades, de modo a atender satisfatória e integralmente suas demandas e garantindo-lhes o direito de não somente exercer e expressar sua sexualidade incontestavelmente, mas principalmente que isso se dê de formas seguras em todos os âmbitos que abranja o campo dos direitos sociais, políticos e civis.

II.2. (In)Visibilidade lésbica na saúde

Como reflexo dessa subjugação da mulher lésbica, entre outros, no campo social, compreende-se uma grande invisibilização desta em diversos campos no que tange os direitos sociais e, em especial, no campo da saúde. Pensando em uma sociedade hegemonicamente definida por padrões heterossexuais atuantes em uma lógica patriarcal, a relação entre mulheres e seus cuidados acabam por ficarem em segundo plano, não sendo pensadas políticas protetivas e de cuidado que abranjam essa forma de relacionamento que carece de um olhar específico às suas particularidades.

Iniciando uma observação acerca do princípio básico da proteção nas relações sexuais, sabe-se que os preservativos são pensados anatomicamente para as relações heterossexuais ou para relações em que há fundamentalmente a presença do órgão masculino, sendo elaborados mais especificamente, portanto, sob a perspectiva de uma finalidade reprodutiva em detrimento de uma ótica de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) passíveis de serem transmitidas em toda e qualquer prática sexual. Não se enquadrando, portanto, neste formato de relação com função reprodutora e tampouco com participação de uma figura sexualmente masculina, o corpo da mulher lésbica acaba por encontrar-se suscetível à maior exposição a microorganismos causadores das ISTs, uma vez que apenas 2% das mulheres utilizam métodos preventivos em relações sexuais com outra mulher (Centro de Referência e Treinamento DST/Aids da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2012), já que não é socialmente oferecido nenhum meio de proteção específico para esse tipo de relação.

No campo da saúde, a compreensão humanizada da saúde da mulher fora de uma visão médica tradicional que prevê a mulher excepcionalmente enquanto mãe/reprodutora ainda é recente, sendo apresentada pela primeira vez com a implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983 pelo Ministério da Saúde, que foi elaborado com a finalidade de atender as demandas acerca da mortalidade materna, gravidez indesejada, ISTs, além de incorporar como princípios e diretrizes “propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção, num período em que, paralelamente, no âmbito do Movimento Sanitário, se concebia o arcabouço conceitual que embasaria a formulação do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2004, p. 16-17). Por sua vez, com o passar dos anos o programa encontrou obstáculos em sua concretização, apresentando falhas, por exemplo, no processo de garantia

de direitos às mulheres no que diz respeito ao exercício absoluto e consciente de sua sexualidade, como atesta o Ministério da Saúde.

Em 2003, a Área Técnica de Saúde da Mulher identifica ainda a necessidade de articulação com outras áreas técnicas e da proposição de novas ações, quais sejam: atenção às mulheres rurais, com deficiência, negras, indígenas, presidiárias e lésbicas e a participação nas discussões e atividades sobre saúde da mulher e meio ambiente (BRASIL, 2004, p. 19).

O fato levou apenas em maio de 2004, à criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes (PNAISM), estabelecida a partir dos princípios do SUS de equidade, universalidade e integralidade a qual busca direcionar suas ações para os determinados grupos de mulheres cujas ações assistenciais previstas pelo PAISM não abrangiam suas condições objetivas, adquirindo agora um olhar político mais incluyente, sob o princípio fundamental da atenção integral, que respeite e abranja a pluralidade e heterogeneidade da situação de “ser mulher” no Brasil tal como as especificidades inerentes ao contexto de cada uma delas. Portanto, passa-se a tornar prioridade a instituição de um caráter de abrangência universal para que seja materializado o intransigente acesso ao direito à saúde por parte de toda e qualquer mulher, independente de sua sexualidade, raça/etnia e de sua condição sócio-econômica, conforme previsto no documento oficial de Princípios e Diretrizes da PNAISM (2004, p. 63).

A elaboração, a execução e a avaliação das políticas de saúde da mulher deverão nortear-se pela perspectiva de gênero, de raça e de etnia, e pela ampliação do enfoque, rompendo-se as fronteiras da saúde sexual e da saúde reprodutiva, para alcançar todos os aspectos da saúde da mulher.

Realizando um recorte para a problemática acerca da saúde das mulheres lésbicas, estase revela particularmente enquanto um agravante no que diz respeito à Saúde da Mulher no Brasil considerando a análise de estudos realizados na cidade de São Paulo que indica, sob um percentual alarmante, que 18% a 35% das mulheres as quais mantém relações sexuais com outras mulheres nunca haviam feito o exame de Papanicolau, responsável por detectar, por exemplo, infecções e inflamações vaginais, algumas ISTs, câncer de colo de útero e deve ser realizado uma vez ao ano em mulheres sexualmente ativas (BARBOSA; FACHINNI, 2009).

No V Seminário Nacional de Mulheres Lésbicas, realizado em junho de 2003, constatou-se que “as mulheres lésbicas ainda consideram que o câncer de colo de útero só

afeta mulheres heterossexuais e, portanto, não se sentem mobilizadas para sua prevenção nem para a prevenção do câncer de mama” (BRASIL, 2004, p. 49). Todos estes dados revelam que um número significativo de mulheres lésbicas detém pouca ou nenhuma acessibilidade aos serviços e à informações básicas de saúde, mantendo-as afastadas dos mesmos, devido a lógica cultural do patriarcado que supervaloriza as relações heterossexuais e deslegitima a saúde de mulheres que fogem a essas práticas, sinalizando que há um embate ideológico e material entre a realidade vivida por esse grupo populacional e o que é proposto pela PNAISM e pelo SUS.

Outra questão que permeia a vida de mulheres que fazem sexo com outras mulheres e mostra-se também determinante no processo de cuidado com sua saúde é a negligência, preconceito e intolerância que ocorre muitas vezes por parte dos(as) médicos(as) ginecologistas que atendem essa população. De acordo com quatro diferentes estudos realizados no Brasil, entre os anos de 1998 e 2002, analisados por Facchini (2004), dados importantes revelam que o número de mulheres não-heterossexuais que não acessam serviços ginecológicos anualmente, conforme é recomendado à mulheres que possuem vida sexual ativa, variou de 70% a 13%, e que “entre as mulheres que acessam cuidados ginecológicos, cerca da metade (40 a 60%) não revela sua orientação sexual, e, entre as que o fazem, mais da metade relata reações negativas/discriminatórias ou de surpresa por parte do profissional.”

Tendo visto os dados apresentados acerca da situação da mulher lésbica no Brasil, podemos afirmar que o preconceito estrutural e todas as suas implicações no campo social refletem-se diretamente no campo da saúde quando anulam a sexualidade dessa população, deixando-as vulneráveis a violências veladas ou não durante o atendimento médico, propensas ao contágio com microorganismos que as coloquem biologicamente em risco e revogando seu direito a um cuidado integral e não discriminatório, ao passo que nega o princípio de universalidade, que sugere que “a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais”, conforme evidencia o Ministério da Saúde.

II.3. O olhar do Serviço Social para essa questão

Ao trazer a questão da homossexualidade feminina para o debate dentro do Serviço Social, conseguimos visualizar que há uma defasagem da profissão no que diz respeito a essa temática. Na contramão de uma categoria profissional que trabalha em uma perspectiva política e social emancipadora e que se norteia por um Código de Ética incluyente e indiscriminatório, pouco se pode encontrar um diálogo com esse grupo específico que seja abrangente e que, de fato, oferte visibilidade a este.

O Serviço Social tem como proposta um projeto de formação que apresenta uma perspectiva emancipatória humana baseada na liberdade e igualdade social em que é possível a “[...] realização plena do ser social que poderá viver as potencialidades de sua essência humana” (CARDOSO, 2013, p. 169) e, portanto, dispõe de um projeto ético-político que se posiciona a favor das lutas antirracistas, feministas e pela discriminação e visibilidade da população LGBT, entendendo que tal emancipação não se dá enquanto houver uma divisão/exploração de classes e opressões contra determinados grupos. Conforme afirma o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em uma manifestação pelo Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), o único diretamente designado a essa população,

Entendemos que o permanente aprimoramento intelectual e respeito aos princípios éticos estabelecidos pela legislação profissional vigente no Brasil para os/as assistentes sociais sejam indispensáveis para se contrapor ao conservadorismo, à violência, ao preconceito e às diversas formas de intolerância social que vivencia a população LGBT em nosso país (CFESS Manifesta, 2017).

Entretanto, esta preocupação presente no projeto ético-político e evidenciada nas manifestações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais do Serviço Social (CRESS) parece distante da realidade da área. Após um levantamento feito em uma das principais revistas da categoria, a *Revista Temporalis*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do ano de 2010 a 2018, evidenciamos a quase inexistência de discussão na área. De um total de duzentos e dezenove textos publicados, apenas dois artigos tratam de temas relacionados à diversidade sexual, homofobia e políticas públicas à população LGBT, sendo ambos exclusivamente nas edições de 2014, cujo dossiê temático foi “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. Nenhum dos dois artigos aborda direta e especificamente

a questão da mulher lésbica, mas sim a população LGBT de modo geral e abstrato. O mesmo ocorre ainda de forma mais agravante na revista *Serviço Social & Sociedade*, quando também após um levantamento desde o ano de 2010, quando esta passou a ficar disponível na internet, até 2018, constatamos que dos duzentos e noventa artigos e resenhas publicados em todas as 33 edições, nenhuma aborda a temática sobre a população LGBT e tampouco sobre quaisquer questões relacionadas às mulheres lésbicas.

O fato da falta de pesquisas, estudos e artigos produzidos sobre esta temática evidencia um distanciamento entre um Código de Ética que possui como um de seus princípios fundamentais: “VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (1993, p. 23) e sua aplicação prática na realidade objetiva. Tendo em vista que essa discussão não está acontecendo dentro da categoria profissional, sobretudo na formação dos/as futuros/as profissionais da área, enxerga-se uma gama de assistentes sociais que atuam, ou atuarão, sem compreender as demandas e especificidades desse grupo. O que poderá culminar em abordagens errôneas com os/as usuários/as como resultado da falta de aproximação com o que permeia as singularidades da comunidade LGBT.

Sendo assim, a questão da homossexualidade feminina sofre um distanciamento ainda maior não somente do alcance das políticas públicas, como também das apropriações de uma profissão que tem como encargo ofertar um espaço de produção e escuta às demandas dessas mulheres socialmente excluídas e discriminadas pela sua sexualidade e que possui, principalmente, o essencial dever de formar profissionais capacitados/as a trabalhar com estas.

CAPÍTULO III

O DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL DA UNIFESP

III.1. Saindo da invisibilidade: mulheres lésbicas no curso de Serviço Social da Unifesp

Embora não haja produções do Serviço Social a respeito da temática pesquisada, é imprescindível a compreensão de que essa invisibilidade se expressa apenas no cenário ideológico. Essas mulheres existem, ocupam e transitam por todos os espaços da vida cotidiana que se materializam em nossa realidade objetiva; encontram-se nas ruas, nos espaços de lazer, de trabalho, nas universidades e também sendo usuárias de serviços públicos e privados. Nos espaços acadêmicos, podemos encontrá-las dando aulas, ocupando cargos de chefia, trabalhando na limpeza e manutenção da instituição e, também, dentro das salas de aulas durante os processos de formação. São pessoas comuns de diferentes raças, personalidades, estilos, classes, mas que carregam consigo o peso do estigma de sua sexualidade silenciada e desprezada.

Ao fazer o recorte para o curso de Serviço Social da Unifesp Baixada Santista, dialogamos com seis mulheres que se dispuseram a falar um pouco sobre si mesmas em um grupo focal e relatar diferentes experiências que vivenciaram até então em suas trajetórias enquanto estudantes e mulheres lésbicas e que, devido a isso, conseguiram contribuir com o desenvolvimento da questão da falta de atenção da categoria profissional para as especificidades e demandas da população “L” da comunidade LGBT.

Aqui as apresentarei, utilizando nomes fictícios para preservar suas identidades, e darei voz a elas para que se compreenda que essa invisibilidade é exclusivamente imposta por um sistema que exclui e silencia, mas que, apesar disso, não diminui a experiência destas enquanto indivíduos formados em uma totalidade – experiência esta que representa sua existência na sociedade.

Conhecendo nossas personagens

- **Denise**

A estudante Denise tem 34 anos e nasceu no estado do Ceará, embora tenha sido registrada em São Bernardo do Campo, município onde cresceu junto com sua família. Atualmente cursa o 8º termo de Serviço Social na Unifesp Baixada Santista no período noturno e, portanto, reside na cidade em decorrência de todo tempo e tarefas demandadas pela universidade, que dificultam a estadia dos estudantes em suas cidades de origem, mesmo estas

sendo próximas a Santos. Ao falar sobre seus sonhos, Denise evidencia o desejo pela independência financeira como um fator primordial. Afirma o anseio pela liberdade e o cuidado de si mesma, para que não haja mais necessidade do respaldo de sua família, que tanto se mostra solícita com ela. Hoje Denise encontra-se concluindo sua terceira graduação, sendo já graduada em ciências biológicas e pedagogia. Devido a essas experiências anteriores na vida acadêmica, almeja a conclusão do curso para trabalhar com o que gosta e iniciar a construção de uma vida agora mais madura em detrimento da instabilidade e dependência quase sempre recorrentes na vida universitária.

- **Gisele**

Com 25 anos, é de uma pequena cidade do interior de São Paulo e também reside atualmente em Santos devido a esse processo de formação acadêmica e construção de um futuro profissional. Estudante do 8º termo do período vespertino, enxerga no Serviço Social inúmeras possibilidades de realizar seu sonho de contribuir para a “transformação social, ser intelectualmente reconhecida e produzir saberes que criem impactos de fato na vida das pessoas”. Participou durante seus 4 anos de permanência na universidade do projeto de extensão *Juventudes e Funk na Baixada Santista: territórios, redes, saúde e educação*, contribuindo com o exercício do desenvolvimento do pensamento crítico de jovens estudantes de escolas públicas de Santos. É uma participante ativa de movimentos estudantis e está majoritariamente presente nos debates do campus sobre temáticas a respeito de gênero, raça, sexualidade, entre outras questões que dialogam com as opressões das minorias e com a classe trabalhadora. Junto de sua companheira, Gisele pensa na construção de uma família visando um futuro de trocas, crescimento pessoal e profissional e cuidado, vendo nessa experiência a possibilidade de enfrentar a vida e suas adversidades de maneira compartilhada, simples, honesta e fundamentada no amor.

- **Tábata**

Ao conversar com Tábata, mulher negra que vivencia o auge de seus 30 anos e reside no município do Guarujá, ela afirma não ter grandes sonhos. Muito embora seja uma mulher extremamente articulada e de forte presença dentro dos espaços acadêmicos, sempre se posicionando por aquilo em que acredita. Já concluindo o 8º termo do curso no período

noturno, ela revela o desejo de seguir um caminho diferente daquele direcionado pelo título de assistente social, almejando o término de sua graduação para trabalhar com o cultivo coletivo de alimentos orgânicos e poder “rodar o mundo com isso”, conforme colocado para nós durante nossa conversa. Atualmente ela trabalha como inspetora em uma escola pela prefeitura de Santos e mostra-se sempre muito dedicada ao seu trabalho.

- **Camila**

Também concluindo o 8º termo no período noturno, dialogamos com a estudante Camila, de 36 anos. Esta nasceu na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, mas atualmente vive em Santos com sua mãe. Quando fala sobre seus planos enquanto futura profissional, diz que pretende sentir-se realizada na carreira. Almeja, portanto, seguir atuando na área correspondente à sua graduação e, em tom de simplicidade, relata apenas o desejo pela felicidade e sucesso na profissão que escolheu. A aspiração pela felicidade em uma vida simples aparece também quando fala sobre os planos para a vida pessoal. Camila afirma o anseio pela oportunidade de viajar por diferentes países em busca do conhecimento e aproximação com novas culturas ao menos uma vez por ano, além da construção de uma família e ser sempre presente na vida desta e, também, dos amigos, que ao falar explicita muito carinho, evidenciando a importância destes em sua trajetória e sempre deixando claro em suas falas o apreço que possui por aqueles e aquelas que caminham ao seu lado.

- **Marielle**

Em contraste com a calma sempre presente na fala de Camila, a estudante **Marielle**, de 23 anos e nascida em Mogi das Cruzes – SP, mostrou-se sempre inquieta com as questões abordadas na experiência do grupo focal. Concluindo o 6º termo da graduação, ao falar sobre suas aspirações para o futuro pessoal/profissional, afirmou visar por uma atuação que, de onde quer que seja, contribua com a “construção de um caminho da emancipação do indivíduo e da sociedade, um caminho para uma vida mais justa e boa de viver”. Em suas falas Marielle evidenciou todo o tempo suas angústias e inquietações, sempre relacionando a hostilidade do espaço acadêmico para com pessoas que possuem recortes sociais específicos como, por exemplo, de raça, classe, sexualidade ou gênero, com as suas vivências enquanto mulher negra e lésbica.

- **Marisa**

Por fim, a estudante Marisa de 23 anos, se apresentou afirmando ter nascido em Santos, entretanto residiu em São Lourenço – MG até o período em que iniciou a graduação em 2015 e voltou para sua cidade natal, onde vive hoje. Marisa está cursando o 8º termo do curso de Serviço Social no período vespertino e relata a importância da formação para sua descoberta enquanto mulher lésbica e sua exploração dessa sexualidade que, na cidade onde vivia, talvez não houvesse a explorado. A aproximação do curso com questões como essa e, também, sua maior aproximação com mulheres que expressam confiança e abrem-se ao diálogo ao que diz respeito sobre sua orientação sexual, fizeram com que Marisa se libertasse de uma amarra heterossexista imposta por todo período de sua vida e passasse a vivenciar sua verdadeira identidade enquanto mulher lésbica. Seu processo de afirmação culminou em uma completa evolução não somente interior, mas que refletiu em seu exterior como, por exemplo, o abandono de produtos para alisar o cabelo, um corte mais curto que representasse sua personalidade forte, e a mudança em suas roupas, de forma a vestir aquelas as quais se sente mais confortável e menos agradável aos olhares masculinos que espelham a objetificação do corpo da mulher. Marisa abandonou a performance da feminilidade no 3º ano da graduação e hoje experiencia uma vivência fiel à mulher que ela realmente é, visto isso, declara que tem por objetivo em sua vida atingir uma estabilidade financeira para que possa criar seu filho, que deseja adotar, sendo solteira ou acompanhada de uma mulher que se disponha a dividir a vida ao seu lado.

Conforme apresentado, cada uma dessas mulheres selecionadas realiza atividades e tarefas comuns à vida cotidiana de quaisquer outros cidadãos que hoje, no Brasil, usufruem dados privilégios de classe, como a inserção em uma universidade – muito embora esta seja pública – e a possibilidade de sair de sua cidade natal para residir naquela que está realizando sua formação profissional. Algumas estão ainda vivenciando o auge de sua juventude e aspiram grandes transformações, enquanto outras experienciam uma fase da vida adulta em que o conforto de uma vida estável e leve se mostra mais atraente, mesmo que ainda almejem por uma sociedade mais justa para viverem os próximos anos enquanto profissionais, mães, ou
companheiras.

III.2. A Pesquisa

O grupo focal realizado no dia 28 de novembro de 2018 teve 1 hora de duração – das 18 às 19 horas – em respeito à disponibilidade das participantes, de forma a contemplar a presença de todas as seis que se dispuseram a participar deste. Com o caráter de uma conversa informal, as pautas e questões propostas para a realização da pesquisa foram feitas de maneira a direcionar para um diálogo que as deixaram livres e confortáveis a exporem suas vivências, trocarem experiências e provocarem reflexões umas nas outras. Conforme esperado, todas as questões necessárias para o cumprimento da pesquisa foram trabalhadas, sendo muitas vezes introduzidas por elas mesmas sem que houvesse, portanto, a necessidade de encaminhá-las para conduzir o desenvolvimento do grupo, culminando em um resultado extremamente satisfatório.

Diferentes mulheres de diferentes faixas etárias, raças e que performam ou não a feminilidade, se dispuseram a participar do grupo focal, como foi possível observar na apresentação de cada uma delas. Assim, foi possível realizar o diálogo acerca da temática pesquisada de maneira a acrescentar e enriquecer a discussão com as especificidades e subjetividades a partir das vivências de cada uma ali presente.

Emergiram no grupo focal informações e dados fundamentais na relação do Serviço Social com a questão da saúde da mulher lésbica a partir de diferentes perspectivas reais de mulheres que possuem o lugar de fala para abordar essas questões em consonância com o que foi discutido por diferentes autores e autoras nos demais capítulos. Visto isso, foram trabalhadas as pautas sobre a utilização de preservativo nas relações sexuais, se esta acontecia ou não e por quê; as experiências vividas em atendimentos ginecológicos; e suas opiniões pessoais enquanto mulheres lésbicas e estudantes de Serviço Social sobre o olhar do curso para essa questão, se o mesmo existia e como elas sentiam que ocorria esse diálogo com o que é proposto pelo Código de Ética e o projeto ético-político profissional. A participação dessas mulheres foi de extrema importância para a realização dessa pesquisa e para direcionar um olhar mais amplo a esse debate específico e pouco estudado da comunidade “L”GBT, como será apresentado.

Ao iniciar o debate com a questão do preservativo, foi perguntado se as mesmas faziam o uso deste ou não e, se não, por qual motivo. De imediato, a negativa foi unânime. Embora todas afirmarem não utilizar ou terem tentado, – sem a capacidade de adaptação ao método – principalmente por motivos físicos, existiu um consenso na frustração pelo fato da

compreenderem que seus corpos estão expostos a riscos a cada relação sexual realizada.

*“Eu não uso nenhum tipo de método, mas já usei. É muito difícil falar sobre esse processo, eu sempre falo sobre isso com as amigas, com as pessoas... porque é um processo que chega a ser humilhante. Eu já passei por algumas situações de entrar muito em contato com a questão da prevenção, da saúde sexual e reprodutiva aqui na UNIFESP, e eu nunca ouvia nada sobre a proteção entre mulheres. Os métodos que eu entrei em contato, foram sim através de algumas discussões que eu entrei aqui porque eu consegui ir atrás, principalmente com a extensão, e como eu fazia oficinas eu tinha que ter um preparo. Quando eu comecei a pensar sobre isso, eu fiz um curso sobre HIV/AIDS e a maioria das pessoas que estavam nesse curso viviam com HIV, então eu acho que eu comecei a pensar a questão de uma outra perspectiva depois desse curso, e comecei a pensar em relação à minha saúde. Eu nunca tinha tentado usar nenhum tipo de método com nenhuma das meninas que eu me relacionei, mas nesse momento quando essa discussão despertou em mim eu tava em uma relação monogâmica que depois acabou sendo uma relação não monogâmica e aí, a partir disso, eu e minha ex companheira a gente pensou que a gente precisava se prevenir se a gente fosse ter relações extras. E aí foi quando eu usei pela primeira vez o método que é conhecido como “método de barreira”, que é feito com plástico filme ou com camisinha não lubrificada de preferência, e é muito frustrante porque... é muito frustrante. Não é nem frustrante pelo fato... por exemplo, quando tem um pênis e uma vagina tem lá uma proteção de plástico, que inclusive muitas mulheres e homens não gostam, acham que acaba atrapalhando a relação, mas eu gostaria muito que fosse isso. Na verdade a frustração vem de um processo que é por esse ser um método que não é um método pra mulheres que se relacionam com mulheres. É um método que a gente teve que inventar pra conseguir se prevenir, e não existe nem propaganda de saúde, não existe cartilha, não existe p**** nenhuma pra mulheres que se relacionam com mulheres, e isso deixa tudo muito complexo. Eu tenho amigas que já pegaram IST por transar com outras mulheres e isso é uma coisa que tá sempre na minha cabeça, mas que eu também não tenho muito que fazer, não encontro muitas respostas, e acaba sendo frustrante.”* (Gisele, 25 anos).

“E isso é uma coisa que não existe com os casais hétero. A gente vê as pessoas falando “ah, camisinha previne gravidez”, ninguém fala de IST. Mesmo quando é uma relação heterossexual, ninguém fala de IST. A pessoa fala “ah, eu tomo pílula e transo com meu namorado sem camisinha”, e quando se trata de duas mulheres eu acho que isso ainda se agrava, porque com as mulheres as pessoas não pensam nem na questão da gravidez, né, então acho que ninguém nem pensa em desenvolver nada pra duas mulheres transarem. Eu nunca usei nada também, já pensei em, mas assim... eu acho que é muito bizarro até pensar nisso porque a sensação morre, assim, não é que nem a Gisele falou, penetração pênis-vagina, você talvez vai perder um pouco a sensibilidade ali. Mas como você sente o gosto

da outra pessoa com um plástico filme, sabe? Tipo, acaba com a graça da coisa. Eu acho muito complicado pensar nisso, porque a gente acaba tendo que meio que esquecer que existe um perigo porque você não vai ter como se prevenir dele, entendeu?” (Camila, 36 anos).

Quando falado sobre a prevenção, as falas dessas mulheres reforçam a posição humilhante das mulheres lésbicas de terem de optar ou pelo prazer de seus corpos e o de suas companheiras, ou de protegerem-se. Não existindo um método pensado para as relações entre mulheres, devido ao fato desta não seguir o padrão de uma relação heterossexual, a necessidade de adaptarem-se a estratégias gera incômodo por ser algo que influencia diretamente no ato sexual, uma vez que seus movimentos ficam limitados evidenciando que a barreira se dá não somente para impedir a contração de ISTs, como também para limitar o encontro genuíno entre os dois corpos em sua totalidade.

A heteronormatividade imposta para a (re)afirmação constante do patriarcado e do sistema capitalista se expressa também no que diz respeito às informações consumidas pela grande massa social. Entendendo-se que pouco – ou nada – se fala sobre a importância do cuidado à saúde sexual das mulheres lésbicas, ao contrário do que acontece nas relações protagonizadas por homens, é possível manter a invisibilidade destas na sociedade para que seus corpos possam continuar sendo objetificados quando conveniente e desprezados quando representam uma ameaça aos “bons costumes” sociais, gerando um estranhamento por parte da população quando a pauta é levada para as camadas de fora do meio universitário.

“O que parece é que em uma relação entre mulheres não há nenhum tipo de risco, se não tem o homem envolvido não há risco, e isso em todos os sentidos, seja na saúde, seja em violência, relacionamentos abusivos... não existe. Entre duas mulheres tudo é muito casto e lindo e amorzinhos. E somos “muito amigas”, a gente conversa sobre tudo, não há brigas, não há nada. É essa sensação que dá. Eu tive com contato com a prevenção, de falar sobre a prevenção em relacionamentos entre mulheres através da ONG que eu militei durante muito tempo, que é a ONG Associação LGBT de São Paulo, porque tinha um grupo sobre redução de danos em São Paulo e era muito voltado pros homens, pros relacionamentos gays. Por causa de uma das militantes que era professora da PUC, ela começou a conversar sobre isso. Mas era uma professora bi que sentiu necessidade, por ter momentos de relação com mulheres, e foram surgindo estratégias, e dessas estratégias lembro que a gente ia em “guetos”, “redutos”, que a gente sabia que tinha mulheres lésbicas, porque não era tão aberto e assumido, (e isso nem faz tanto tempo assim) pra falar com outras mulheres se elas usavam algum tipo de prevenção. E todas ficaram chocadas, tipo, “como assim? entre mulheres não há, não há porquê!”. A gente fala que usava esse da adaptação,

que é o uso da camisinha tanto pra penetração com os dedos ou pra outros tipos de brinquedos eróticos, e aí com a camisinha sem aro e não lubrificada fazer essa barreira. A gente falava e você ouvia os risos e as pessoas saindo, tipo “as loucas falando sobre isso” porque não existe.” (Denise, 34 anos).

“Onde eu faço estágio, lá na zona noroeste, no Jardim Castelo, teve o dia da mulher lá e ia ter uma oficina de uma enfermeira que ia falar de prevenção, pra usar camisinha, essas coisas. E aí eu, estagiária, super alheia à situação, tive que ir lá intervir e falar: “olha, acho que devia ser tratado o assunto de sexo entre mulheres lésbicas.” Porque eu vejo as pessoas lá na comunidade e eu vejo que existem mulheres lésbicas lá, sabe? Então vão falar isso lá e as meninas vão ficar olhando tipo “pra mim não faz sentido nenhum”. E aí eu falei lá, mas as pessoas também não foram no dia da mulher, é uma coisa também que é super menosprezada, as mulheres não estão nem aí pra saúde sexual... na verdade, não é que estão nem aí, mas é que elas têm tanta coisa pra se preocupar por lá que a saúde sexual fica em segundo plano, principalmente de mulheres lésbicas. De mulheres hétero já fica em segundo plano, imagina de mulheres lésbicas, que tem outros tipos de relações.” (Marisa, 23 anos).

Essa falta de aproximação e interesse da sociedade, em suas diversas esferas, com a realidade da homossexualidade feminina, é responsável pela criação de um ciclo de violências que é refletido desde a confecção de preservativos até a postura adotada pela organização do Estado e das instituições privadas, além da forma como estes vão direcionar o olhar e o atendimento a esse público. Ao abordarmos o cuidado prático com a saúde dessas mulheres, obtivemos variados relatos de situações de negligências e discriminações vivenciadas no interior de clínicas ginecológicas, que acabaram por resultar na suspensão da procura por esse tipo de serviço.

“Eu tenho 34 anos, e quando o médico pergunta: “mas você nunca fez sexo com homem?” E você responde: “não”, então ele diz que não precisa fazer exame. Aí eu fico: eu tenho 34 anos, eu tenho uma vida sexual.” (Denise).

“Minha ginecologista falou pra mim: “Você não transa com homem, então aqui é tudo bonitinho! Porque é isso, lésbicas não transam, são “melhores amigas”. Você vê isso em notícias em sites, revistas, jornais: “Fulana com sua grande amiga fulana de tal” e aí você vê na matéria tem foto das duas se beijando. Lésbica não existe, e se não existe porque você vai cuidar?” (Camila).

“Eu fui ao ginecologista, eu falei sobre isso [ISTs] com o ginecologista e ele falou que eu não corria risco nenhum, porque era sexo entre duas mulheres. O mesmo ginecologista que não quis fazer papanicolau e eu pedi milhões de vezes pra ele fazer, eu falei: “Eu to com

23 anos e nunca fiz nenhum exame interno na minha vagina, eu quero fazer!” E ele respondeu: “Não, você é muito nova! Você não tem penetração peniana.” E eu disse que queria fazer pra minha saúde!” (Gisele).

“Minha ginecologista disse pra mim que se eu não tinha transado com homem eu ainda não tinha realmente me tornado mulher. Eu comecei a me relacionar com mulher quando eu tinha 15 anos, então quando eu cheguei na UNIFESP já faziam 6 anos que eu me relacionava com mulher, e eu não fazia ideia nem que existia esse tipo de informação, não fazia ideia que existia um tipo de preservativo pra mulher, também porque foi uma condição que na minha cidade foi algo que tive que esconder a vida inteira, então lá nem se comenta, nem hoje em dia. Hoje eu não escondo mais de ninguém, mas é uma coisa que meio que o pessoal não quer falar sobre. Eu sempre passei em ginecologista no SUS e assim, horrível. Então assim, quando eu falava que me relacionava com mulher a grande maioria falava que era uma fase, que ia passar, porque eu era muito nova, que eu ainda sou muito nova, e quando eu passo no ginecologista eles ainda dizem isso: “você é muito nova.” E eu falo, não foi ano passado que eu comecei a me relacionar com mulheres, e mesmo que fosse, porque eu acho que não tem nada a ver com isso, não é temporal a questão, mas é a forma como isso é tratado no sentido de ser algo sujeito a todo tipo de mudança, como é realmente encarado como uma fase, como se depois dessa fase você fosse chegar no “normal” que é ter relações heterossexuais. Parece que os ginecologistas estão esperando que a gente vá lá e conte sobre coisas heterossexuais, eles não estão preparados ainda.” (Marielle).

Entretanto, a questão do despreparo profissional – já evidenciado por Facchini (2009, p. 292) – não é exclusividade da área da saúde. Uma vez que se o heterossexismo se constitui enquanto uma ideologia responsável por desempenhar um condicionamento social favorável à lógica dominante, essa é uma temática que foge do domínio de quaisquer categorias profissionais, não sendo diferente para o Serviço Social. Conforme trabalhado anteriormente no capítulo 2, a falta de produção, estudos e discussões fomentadas pela profissão, faz com que seja possível a realização de uma leitura nítida sobre como esse assunto (não) é trabalhado no Brasil. Por tratar-se de uma profissão que luta ao lado das minorias e da classe trabalhadora, é natural a espera por uma atuação qualificada e apta a atender todas as demandas trazidas pela população LGBT, juntamente com a compreensão das especificidades que permeiam cada recorte da mesma. Contudo, não é isso que acontece.

A falta de proximidade prática com os diferentes grupos LGBTs durante o processo de formação do/a assistente social, faz com que haja uma dissociação entre as atribuições do/a mesmo/a e sua conduta durante a prática profissional. Ou seja, a quase anulação do

conhecimento e das discussões sobre essa população na formação em Serviço Social resulta em um movimento por vezes contraditório por parte do/a profissional causado por essa própria lacuna da profissão, visto que ele/a pode reproduzir comportamentos considerados discriminatórios em seus atendimentos, ferindo o que é instituído pelo Código de Ética e o que propõe o projeto ético-político, mesmo que de forma não proposital, sinalizando uma defasagem na formação, que falha em não estudar essa temática com afinco.

“[...] eu fico pensando se isso não tem alguma coisa ligada à formação. Porque, além disso, desde que eu tenho 17 anos sou atendida pelo CRAS lá perto da minha casa, então também tive essa conversa com a assistente social de lá e ela era assim também, ela me falava que não tem nenhum atendimento de saúde pra isso, não tem nenhum lugar que conversa sobre isso, porque não é assim que funciona.” (Marielle em continuação ao último relato transcrito).

“Essas discussões a gente só encontra em outros espaços, longe da sala aula. A gente consegue isso aqui, consegue isso na mesa do bar da tia Ana. Em 4 anos que eu to aqui, essa é a primeira vez que eu participo de uma discussão dessa.” (Tábata).

“Eu acho que por ser um curso que tem como objetivo promover a garantia dos direitos intransigentemente etc, em 4 anos a gente nunca teve uma aula ou um momento de aula pra falar sobre os direitos relacionados a, por exemplo, crimes contra os LGBTs. A gente nunca viu isso em 4 anos, ninguém nunca fez um seminário sobre isso, não to pedindo nem sobre uma UC [unidade curricular], mas ninguém nunca nem apresentou um trabalho sobre isso. Eu acho sim que as turmas de um modo geral, porque obviamente tem exceções, não enxergam nenhum tipo de preconceito ou discriminação dentro das salas, vamos dizer assim, existe uma “aceitação” da galera que é LGBT, lésbica e tal, mas se você for parar pra conversar com as pessoas, é um assunto que elas nem pensam enquanto estudantes de serviço social. Por exemplo “como eu vou trabalhar com um usuário de serviço que tem a condição de ser mulher lésbica? Como eu vou trabalhar com essa pessoa? Qual é a sensibilização que eu tenho que ter?” Isso nunca foi discutido, apesar de todo mundo falar que todo mundo tem direitos iguais e que somos contra os preconceitos, ninguém discute. A pessoa vai se formar sabendo que tá no código de ética que não podemos discriminar e reproduzir um preconceito com ninguém, mas que preparo essa pessoa vai ter pra acolher e atender a demanda de uma pessoa trans, ou uma mulher lésbica, por exemplo? Que conhecimento sobre aquela realidade ela vai ter? Tem toda uma garra contra o preconceito, contra a discriminação, mas quando a pessoa precisa lidar com alguém que não é igual a ela, profissional do Serviço Social, quando precisa lidar com a diferença, ele não tem preparo pra isso. Por conta sim da história de vida e de suas vivências, mas também porque na universidade não se fala disso.” (Camila).

Por sua vez, esse distanciamento da profissão com o recorte singular das mulheres lésbicas, reforça uma violação de direitos que já é parte da realidade das mulheres e da população LGBT em decorrência de todo o cenário, em sua completude, que subjuga e inferioriza o valor da sua existência no corpo social. Violação de direitos essa que eventualmente é desconhecida por grande parte desses indivíduos como reflexo desse silêncio que circunda todas as problemáticas envoltas a essa questão, fazendo com que esse cerceamento seja recorrente na vida dessas mulheres principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência em espaços públicos e privados como, por exemplo, a universidade e outros serviços, conforme apontado pelas participantes da pesquisa.

“É tão bizarro que a gente tá falando de uma coisa sem dimensionar que a gente tá tendo um direito violado, porque todas as pessoas têm direito de cuidar da sua saúde e ter atendimento gratuito, no Brasil, pra isso. E se você ouvir o relato de várias minas, principalmente mulheres lésbicas e tal, tem essas relações bizarras com sua própria saúde sexual, e há uma violação de direitos também que parte de várias esferas, não só da esfera do Estado como também da esfera do próprio patriarcado, que vê esses corpos como nada.” (Gisele).

“Eu fico pensando as vezes nessa questão de direitos. Fico pensando as vezes que a gente falar sobre violação de direitos é um tabu em certos recortes, porque as pessoas nem ao menos sabem que é direito delas. [...] não é algo que na universidade a gente tenha que estar, só a gente, discutindo sobre isso, mas a universidade também tinha que estar preparada pra receber esse tipo de público, a universidade também tem que fazer o trampo de saber que isso é uma violação de direito pra nós. A gente não dá conta, e a informação também não chega, por exemplo, eu não tinha me dado conta até chegar na Unifesp que eu estava tendo meus direitos violados no sentido de ser lésbica e não me sentir acolhida pelas instituições públicas, pelos espaços que eu vou, sabe? Porque as vezes até a gente inconscientemente começa a criar jeitos da gente se sentir inserida, a gente com nossos próprios braços fazer por nós, sabe? E eu acho que isso tampa um pouco nossos olhos, no sentido de que tem muita gente que tá tendo seus direitos violados e não tem a menor noção disso, e eu penso nisso em vários recortes e com certeza no das mulheres lésbicas.” (Marielle).

Em vista disso, a abstenção do espaço acadêmico para com esse debate ocasiona na transferência da responsabilidade para a própria comunidade e o movimento LGBT, tendo que partir deles e delas essa dinâmica de construção de suas próprias identidades em conjunto com

as demais pessoas caso desejem que suas vivências e seus desafios sejam reverberados em outros espaços da sociedade, de modo a sensibilizar pessoas alheias a essa realidade a reconhecerem e acrescentarem de quaisquer maneiras no processo de resistência que implica a existência dos/as LGBTQs. Não obstante, essa responsabilização é adocedora pelo fato de fazer com que essa população tenha que reforçar incansavelmente as violências que sofrem ao longo da história e no decorrer de suas próprias trajetórias de vida, somatizando com os demais estereótipos opressores que carregam concomitantemente. Isso acontece, por exemplo, quando a mulher negra lésbica precisa viver com a condição de sua sexualidade e do racismo compreendido na estrutura da sociedade e ainda, cabe a ela, protagonizar as discussões nos espaços para conseguir enfrentar a reprodução cíclica de todas essas violências.

*“Se eu não tomo cuidado eu chego aqui me comparando a todas as minas lésbicas brancas da Unifesp, porque é f***, porque o espaço também reforça isso e que é um ataque direto, no sentido de adoecer a cabeça. E é f***, a gente vai avançando em uma desconstrução, mas pra gente colocar isso no real é algo que dói, pra mim dói às vezes. É muito difícil você pensar, porque as condições das mulheres lésbicas no geral já é algo muito sucateado em muitos sentidos, mas historicamente a mulher negra vem em umas condições mais desfavoráveis. Acho que não é nem quem “sofre mais” que quem, sabe? Mas é no sentido que existe uma estrutura pras coisas que a gente vive.” (Marielle).*

“E isso é muito real [concordando com a fala de Marielle]. Antes de vir pra sala tava pensando nisso: “mais uma vez eu vou estar num lugar que eu vou falar sobre isso, eu vou apontar isso, e nada vai mudar.” Acabei até fazendo um recorte para o racismo, deve ser muito chato você viver o racismo, viver com o racismo estrutural que existe na sociedade e ainda ter que protagonizar as discussões pra desconstruir as outras pessoas. E também tem uma questão de saber que as coisas não vão “chegar lá” se não tiver um movimento de resistência por trás disso.” (Gisele).

Concluindo esse momento de grupo, questionei por fim sobre como elas enxergam o recorte das mulheres dentro do Serviço Social, e após um longo silêncio, Camila encerra com uma fala que contempla todas que estavam presentes. Estas, sem encontrar respostas, apenas sinalizam com a cabeça concordando com a afirmação da colega encerrando com um: “é isto” que evidencia uma sucinta e dura conclusão sobre tudo o que foi debatido e acaba por alcançar o objetivo da pesquisa.

“Não se fala [sobre as mulheres lésbicas], é inexistente. Não existe esse recorte. O máximo que a gente consegue chegar é: a galera LGBT. As mulheres lésbicas nunca foram tema, nunca foram importantes, vamos dizer assim, nas discussões.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A que ponto chegamos

Conforme apresentado ao longo de todo processo de construção do presente trabalho, com o embasamento de importantes autores e autoras como Heleith Saffioti, Danielle Kergoat, Jules Falquet, Mirla Cisne, Friedrich Engels, dentre outros/as, foi possível identificar uma rica – e lamentável – relação entre a teoria produzida e a aplicação dessa nas particularidades e adversidades que atravessam objetivamente o contexto das mulheres que se relacionam com mulheres, segundo a pesquisa realizada com as estudantes a partir do 6º termo de Serviço Social na Unifesp Baixada Santista.

Importantes dados apresentados no grupo focal, como momentos vividos por estas enquanto não-heterossexuais, sentimentos pessoais sobre a posição que ocupam em serviços de saúde e instituições públicas/privadas, e um rico diálogo sobre o olhar da categoria profissional e como esta aborda o assunto na formação acadêmica; puderam trazer um pouco à luz o que representa ser uma mulher lésbica em um sistema heteropatriarcal capitalista que não mede esforços para manter à margem todos/as aqueles/as que não se inserem nos padrões impostos, como é o caso dessas estudantes. Com isso, percebemos que a proposta de realização do grupo e a escolha de mulheres que vivem diferentes condições pelas formas como elas se apresentam e são lidas pela sociedade, foi de extrema importância para complementar e dar visibilidade a um debate e uma sexualidade ainda pouco estudada e explorada pelas Academias.

Trazendo a discussão para o Serviço Social, vê-se que não basta a manifestação a favor dos grupos oprimidos quando não há uma aproximação real com estes, quando não se conhece quem são esses sujeitos, não se ouve suas histórias e não compreende suas demandas. O trabalho desempenhado por assistentes sociais, e quaisquer outros profissionais das demais categorias, não somente fica prejudicado e em contradição às diretrizes e princípios que norteiam a profissão como também influenciam diretamente na subjetividade dos/as usuários/as atendidos/as independente do serviço que este/a esteja recebendo atendimento. Seja na área da saúde, da assistência, ou qualquer outra área de atuação, é dever do profissional um atendimento adequado às singularidades de cada indivíduo que esteja usufruindo de seu direito de acesso a serviços públicos ou privados. Por esta razão, é observado que também compete à categoria a incorporação dessas discussões no período de formação dos/as estudantes para uma maior aproximação teórica com a realidade objetiva.

Posto isso, sentimos que o trabalho alcançou seu objetivo inicial de comprovar a hipótese anunciada e de trazer uma contribuição para a visibilidade da homossexualidade feminina, assim como de apresnetar os obstáculos que incidem sobre as expressões desta na sociedade patriarcal, respeitando o lugar de fala dessas estudantes protagonistas.

No entanto, propomos levantar esse questionamento no curso para que, se possível, seja passado e refletido pelos corpos discentes e docentes da Unifesp as seguintes questões: como o campus, e mais especificamente o curso de Serviço Social da Baixada Santista, está olhando para essas mulheres e as acolhendo dentro do espaço acadêmico? Estamos prontos/as a recebê-las e manter sua permanência nesse espaço em um movimento de troca de saberes e conhecimentos para o aprimoramento de uma formação mais fiel a seu projeto ético-político?

Com essas questões trazidas como resultado do que foi pesquisado, esperamos ao menos fomentar uma reflexão e autocrítica individual e coletiva em todos e todas que ocupam essa instituição para que essas mulheres sintam-se realmente acolhidas enquanto pessoas humanas e enquanto parte de uma sociedade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R.M. e FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 25, Sup 2, 2009, p. 291-300.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais**. Secretaria de Política para as Mulheres. Brasília, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da Mulher – Princípios e Diretrizes**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas estratégicas. Brasília, 2004. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BUGLIONE, Samantha. **Direitos sexuais, direitos civis e direitos humanos: convergências, divergências e humanidades**. In: RIOS, Luís Felipe *et al* (orgs.). Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. Abia, 2004, p. 152.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. **Mulher negra**. São Paulo: Nobel, 1985.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Aprovado pela Resolução. Brasília, n. 273, 1993.

CISNE, Mirla; DOS SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, pp. 211-230, Jan./abr. 2018.

_____. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: M. B. Abramides e M. L. Duriguetto, **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 153-156.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 173-178.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

FACHINNI, Regina. Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em

tempos de Aids. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luiz Felipe; PARKER, Richard Guy (orgs.). **Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2004.

FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. Buenos Aires: Herética, 2013.

_____. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 122-128.

_____. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, v. 13, n. 1-2, pp. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GONÇALVES, Renata. Mulheres negras em movimento e a articulação de classe, gênero e raça. In: GOMES, Ilse (org.). **Movimentos sociais e lutas sociais: teorias e práticas**. São Luis: EDUFMA, 2018 [no prelo].

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1980.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, Brasília, p. 193-210, jan./abr. 2015.

_____. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 464-478, jul./dez. 1995.

KERGOAT, Danielle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 497-508, mai./ago. 2006.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Direitos LGBT: Perguntas frequentes**, 2013.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. História. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 111-116.

Pessoas LGBT mortas no Brasil. Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 5 de nov. 2018.

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** São Paulo: Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Baramo, 2004.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Vozes, 1976.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na **trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da homoafetividade:** da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. São Paulo: Método, 2008.